

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 020/021

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE MARÇO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Antonio Anibelli e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

EMENDA A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, promulga nos termos do § 3º do artigo 64 da Constituição Estadual a seguinte:

**EMENDA A CONSTITUIÇÃO DO
ESTADO DO PARANÁ**

Artigo único - Acrescenta parágrafos 10 e 11 ao artigo 133, Título IV, Capítulo III, Dos Orçamentos, com a seguinte redação:

“Art. 133 - ...

§ 10 - Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia financeira e administrativa e a sua proposta orçamentária será elaborada dentro do limite percentual das receitas correspondentes aos demais Poderes, a ser fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 11 - Os recursos, a que se referem o artigo 136, serão repassados, com base na receita, em duodécimos e ser-lhe-á entregue até o dia 20 de cada mês, corrigidas as parcelas na mesma proporção do excesso de arrecadação.”

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa do Paraná, vem através deste, indicar o deputado Ângelo Vanhoni, como membro titular, e a deputada Luciana Rafagnin, como suplente, para ocupar vaga no Conselho de Ética desta Casa, em substituição ao atual membro, deputado Irineu Colombo.

Sendo o que consta para o momento, reiteramos nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(aa) HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO,
LUCIANA RAFAGNIN e ÂNGELO VANHONI.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 508

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, “Regime de Urgência” para a tramitação do Projeto de Lei nº 015/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 005/2001, que dispõe sobre alterações em dispositivos do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 509

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, “Regime de Urgência” para a tramitação do Projeto de Lei nº 003/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 004/2001, que dispõe

sobre autorização a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do PR - Codapar (SEAB) a atual em outras Unidades Federadas.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 510

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, “Regime de Urgência” para a tramitação do Projeto de Lei nº 001/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 002/2001, que dispõe sobre alteração na Lei nº 10.056/94, para autorizar a Compagas a participar majoritária ou minoritariamente da sociedade já existente ou a serem constituídas com outras empresas.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 511

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, “Regime de Urgência” para a tramitação do Projeto de Lei nº 027/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 008/2001, que dispõe sobre auxílio para acidentes pessoais na ordem de R\$15.000,00.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 493

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja anexado ao Projeto de Lei nº 017/2001, de 12/02/2001, o Projeto de Lei nº 245/2000, de 02/08/2000, que “Proíbe a cobrança mensal de tarifa mínima pela Companhia de Saneamento do Paraná”.

Requer ainda que após a anexação dos referidos projetos seja mantido o reconhecimento de autoria.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 496

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa que seja concedido o Horário do Expediente ao Conselho da Associação Paranaense dos Servidores Públicos, no próximo dia 28 do corrente (quarta-feira) para uso da palavra.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 492

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de pesar pelo falecimento de Pedro Ryô Tanaka - monsenhor Tanaka, ocorrido em Maringá no último dia 18.

Padre Tanaka, como era conhecido, chegou em Maringá em 1968, dedicando-se incansavelmente à causa dos mais necessitados.

Construiu diversas obras assistenciais. Deixou um legado de amor e caridade que certamente irá permanecer junto àqueles com os quais conviveu.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 505

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do monsenhor Pedro Ryo Tanaka, ocorrido no último dia 18 em Maringá.

Nascido no Japão, Padre Tanaka foi ordenado sacerdote em 1963, chegou em Maringá em 1968 para substituir monsenhor Kimura, falecido um ano antes, no apostolado nipo-brasileiro. Padre Tanaka desenvolveu um trabalho incansável junto aos japoneses e seus descendentes. Em 1979, inaugurou a Creche Monsenhor Kimura para crianças necessitadas e em 1980, padre Tanaka inaugurava a igreja Menino Jesus de Praga, São Francisco Xavier, depois de muita luta.

Padre Tanaka, 1983, presidiu as celebrações pelos 25 anos da Missão Nipo-Brasileira em Maringá. No ano de 1995, foram concluídas as obras do Santuário Nossa Senhora de Fátima, ao lado da Igreja do Menino Jesus de Praga e o então cônego Pedro Ryô Tanaka foi nomeado 1º Reitor do Santuário Diocesano. E, 1997, recebeu o título de Cidadão Benemérito da cidade de Maringá e no dia 14 de dezembro, do mesmo ano, padre Tanaka recebeu o título de monsenhor por Dom Jaime Luiz Coelho - 1º arcebispo metropolitano de Maringá.

Todo o contingente de amigos, políticos e familiares perdem com o falecimento da extraordinária figura do padre Tanaka, homem que restaurou o exemplo de dignidade, que sempre buscou a conciliação e concórdia dos problemas da comunidade. Seu trabalho, seu caminho, continuarão a ser seguidos e trilhados por seus admiradores e a sociedade, que merecem ser reverenciados nesta hora por todos nós.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao arcebispo metropolitano de Maringá, dom Murilo, na Avenida Tiradentes, 740 - Maringá.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 506

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Pinhais, pela comemoração de seus nove anos.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de hoje (20 de março de 2001) o Município de Pinhais está completando nove anos de sua emancipação política. Conhecida como o marco zero do Rio Iguaçu, a cidade foi desmembrada de Piraquara em 1992 e elevada à categoria de Comarca em 1998.

A história de Pinhais está intimamente ligada à construção da estrada de ferro que ligava Paranaguá à Curitiba, e com a chegada à região de várias indústrias cerâmicas, que deram origem ao povoado.

O município está localizado à cabeceira do Rio Palmital, entre as bacias dos Rios Atuba e Iraí. A cidade também é conhecida como berço das águas por ter em seu território mais de 70% dos mananciais que abastecem a região metropolitana de Curitiba.

Pinhais conta atualmente com uma população de 102 mil habitantes. A cidade representa um elo importante da RMC e absorveu, na década de 70, boa parte dos migrantes do interior do Estado e de indústrias que começavam a se fixar na região. Antes de se emancipar, o território de Pinhais já havia pertencido a Colombo, São José dos Pinhais e Piraquara.

Sua localização às margens de Curitiba faz com que ela enfrente diversos problemas de desenvolvimento. Mas Pinhais não desanima; seu povo trabalhador não poupa esforços para vê-la crescer, orgulhosa de seu desabrochar e ela mesma um orgulho para o nosso Estado.

Pela comemoração de seus gloriosos nove anos de emancipação política, receba o município de Pinhais, através de seu prefeito municipal, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 513

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Conselho Federal de Corretores de Imóveis - Cofeci, alusivos a posse do novo presidente, senhor João Teodoro da Silva.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua General Carneiro, nº 680, CEP 80060-150, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) ADEMAR BIER

REQUERIMENTO Nº 487

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exce-lentíssimo senhor doutor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando viabilização de convênio com o município de Campo Magro, possibilitando a contratação de um terminal rodoviário na sede daquele município.

Sala das sessões, em 20.03.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Um terminal rodoviário representa a concretização de um antigo anseio dos moradores daquele vizinho município, como forma de proporcionar maior conforto e segurança aos usuários de transporte coletivo, hoje sem nenhuma infra-estrutura e sem proteção alguma.

REQUERIMENTO Nº 488

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exce-lentíssimo senhor doutor Armando Martinho Bardou Raggio, secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o município de Agudos do Sul, destinada ao atendimento emergencial em remoção e deslocamento de pacientes.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido em nome da população, inclusive da área rural do município, busca atender aos anseios da região, pois hoje não conta com viatura destinada à remoção de doentes, causando sérios transtornos à Administração Municipal, que está impossibilitada de proporcionar esse tipo de atendimento, quando solicitado pelos munícipes.

A medida pleiteada merece urgência no atendimento, pois é um direito do povo e obrigação do ente público proporcionar melhores condições de vida e saúde a toda comunidade.

REQUERIMENTO Nº 489

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao doutor Juan Ramon Aviles, presidente da Telepar, solicitando em caráter de urgência a instalação de telefone público no Bairro Jardim Hortência IV, na sede do município da Fazenda Rio Grande.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente sem nenhum meio de comunicação, os moradores do Bairro jardim Hortência IV, no município

de Fazenda Rio Grande, na grande maioria gente humilde vivem praticamente isolados, quando da necessidade de comunicação em casos de emergência.

O telefone indispensável meio de comunicação representa para aqueles moradores possibilidades de maior segurança, devendo a Telepar, com prioridade dar atendimento àqueles moradores, trabalhadores residentes no vizinho município da Fazenda Rio Grande.

REQUERIMENTO Nº 490

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao doutor Aparecido Ferrari Rolin, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal no Estado do Paraná, solicitando estudos para instalação de agência ou posto de serviço daquela instituição no Bairro Boa Vista, município de Campo Magro.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Boa Vista, município de Campo Magro, distante da sede, pela falta de estabelecimento bancário, cria sérias dificuldades aos moradores.

Uma agência ou posto de serviço, da Caixa Econômica Federal para aquela localidade, representará, além de maiores facilidades àqueles moradores, possibilidade de desenvolvimento com maiores oportunidades de emprego e crescimento econômico.

REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao doutor Paulo Yoshikatsu Kawahara, diretor presidente da Comec - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, solicitando estudos visando a integração do município de Campo Magro ao sistema de transporte coletivo da capital, através do RIT.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A medida reivindicada pelo moradores daquele município da região metropolitana de Curitiba, por intermédio do senhor J.Gonçalves, representará aos usuários do transporte coletivo significativa economia, proporcionando maiores facilidade de acesso a Curitiba, onde buscam a satisfação de grande parte de suas necessidades, inclusive em relação às atividades profissionais.

REQUERIMENTO Nº 503

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente à Secretaria de

Estado da Saúde, solicitando coleta de sangue da população de Adrianópolis, com referido diagnóstico, e cópia de laudos médicos dos exames.

Requer ainda a Secretaria de Estado da Saúde num prazo de 30 (trinta) dias pronuncie-se sobre a situação da saúde da população de Adrianópolis.

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, em 20.03.2001.

(aa) BERALDIN - Presidente

CLEITON KIELSE - Vice-presidente

FERNANDO RIBAS CARLI, LUCIANA RAFAELIN, ADEMIR BIER, ALGACI TULIO e GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 504

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de Expediente à Fundação Caetano Munhoz da Rocha, solicitando cópia de laudo médico expedido pelo doutor João Bafa, remetido aquela fundação em 12 de fevereiro de 1988, referente aos índices de contaminação por chumbo na população de Adrianópolis.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) BERALDIN

Apoiamento:

Algaci Tulio.

REQUERIMENTO Nº 507

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, encaminhando abaixo-assinado que solicita implantação de módulo policial/totem na Praça Nossa Senhora do Rosário de Fátima - rua João Bettega - bairro Portão, nesta capital.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 514

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes Nelson Justus, solicitando, em regime de urgência, que seja destinado verba para pavimentação asfáltica no município de Palotina - PR.

Requer ainda que do presente se de ciência ao prefeito municipal de Palotina senhor Luiz Ernesto de Giacometti e à Câmara municipal de Palotina através de correspondência oficial desta augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Esta pavimentação asfáltica seria realizada num trecho de aproximadamente 12 km, a partir do prolonga-

mento da Avenida Shirley Saurin até a Linha Esquina Progresso, fazendo ligação com a PR-182, passando pelos comunidades de Linha Água Branca e Santos Dumont.

Esta é uma reivindicação dos moradores desta localidade pois existem 14 aviários, 300 vacas leiteiras, 1000 cabeças de suínos, 80 açudes e uma produção de aproximadamente 2.000.000 de saca/ano, portanto, seriam muitos os benefícios que esta obra trará aos moradores locais.

REQUERIMENTO Nº 515

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes Nelson Justus, solicitando, em regime de urgência, que seja feita a aplicação de camada asfáltica na estrada ligando Pato Bragado a Porto Britânia, que atualmente possui pavimentação com pedras irregulares.

Requer ainda que do presentes e de ciência ao vereador da Câmara municipal de Pato Bragado do senhor Antônio Germano Wastowski, através de correspondência oficial desta augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação trata-se de um pedido feito pelo vereador Antonio Germano Wastowski.

O presente requerimento diz respeito a um benefício de vital importância para o incremento do turismo na Costa Oeste, que gradativamente tenderá a aumentar o fluxo de veículo, notadamente quando da concretização da liberação da travessia Brasil/Paraguai, entre Porto Britânia e Porto Marangatú.

REQUERIMENTO Nº 516

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes Nelson Justus, solicitando, a execução da pavimentação asfáltica na estrada que faz ligação do município de Pato Bragado ao distrito de Margarida no município de Marechal Cândido Rondon.

Requer ainda que do presente se de ciência ao vereador da Câmara municipal de Pato Bragado senhor Antônio Germano Wastoski, através de correspondência oficial desta augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação trata-se de um pedido feito pelo vereador Antônio Germano Wastowski.

O presente requerimento tem por objetivo, executar serviços de pavimentação asfáltica, tendo em vista o

tráfego neste trajeto e principalmente para dar condições indispensáveis para o escoamento da safra agrícola.

Salientamos que é de fundamental importância no que diz respeito ao desenvolvimento dos municípios, sendo este um compromisso assumido pelo governador em campanha de 1994, e que é uma das grandes expectativas da população.

REQUERIMENTO Nº 517/A

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando implantação do posto da Polícia Militar na localidade de Pedra Branca do Araraquara, município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Pedra Branca do Araraquara, pertencente ao município de Guaratuba, está localizada distante 40 quilômetros daquele município sede, com destino a Curitiba. Mas sua localização geográfica faz com que, quem sai de Pedra Branca do Araraquara para chegar à nossa Capital, via rodovia, passa por dentro do Estado vizinho de Santa Catarina.

Estando às margens de uma rodovia federal de intenso tráfego diário, Pedra Branca do Araraquara vem enfrentando uma grave situação de violência. Não bastasse sua proximidade com o Porto de Paranaguá (para onde se dirigem diariamente caminhões de todas as partes do País), o local é passagem de veículos que transitam pelo nosso movimentado litoral, sem contar o trânsito da rodovia federal que é um dos canais do Mercosul. Esse quadro faz com que a população flutuante seja muito grande e impossível de se delinear. Todos os dias há movimentação de pessoas desconhecidas ao redor daquela localidade, o que vem facilitando a ação de traficantes de drogas e assaltantes.

Os números são assustadores. Num local de dimensões geográficas pequenas, ocorre uma média de um assalto por dia, na sua grande maioria com reféns. Proporcionalmente, se comparado com grande cidades e até com a nossa Capital, o índice de criminalidade de Pedra Branca do Araraquara é altíssimo. Os casos são constantes e o posto de policiamento da região pertence à Polícia Rodoviária que, não só consegue atender à demanda de ocorrências (já que sua área de atuação é outra) como também, por atuar até um determinado horário da noite, acabou fazendo com que os assaltantes adquirissem o hábito de permanecer com reféns nos assaltos até altas horas da madrugada.

A cada ocorrência, a ação da Polícia torna-se impossível - o posto da Polícia Militar do Paraná mais próximo é em Guaratuba e a viatura leva cerca de uma hora até chegar a Pedra Branca do Araraquara. O município mais próximo é o de Garuva, mas a Polícia daquele

município não atende as ocorrências, pois pertence ao Estado de Santa Catarina. E nesta situação os moradores ficam à mercê dos ladrões e traficantes que dia-a-dia, devido às facilidades para as suas ações criminosas, proliferam, colocando a vida dos moradores em perigo.

Desta forma, faz-se urgente a implantação de um Posto da Polícia Militar naquela localidade, que atenderia desde a divisa Paraná/Santa Catarina até Rio Bonito - no início da subida da Serra do Mar, cuja extensão de atendimento é de 20 quilômetros.

Uma das obrigações do Estado é garantir a segurança do cidadão e o cidadão de Pedra Branca do Araraquara está, mais do que nunca, em perigo. Amedrontados e sem a quem recorrer nestas perigosas situações, à mercê de ladrões e traficantes, os moradores pedem socorro - necessário se faz a tomada de medidas urgentes.

Diante do exposto, apelamos ao senhor secretário de Estado da Segurança Pública, pela implantação do já referido posto policial, que é o único caminho para garantir àquela população seu direito à uma vida digna e segura.

REQUERIMENTO Nº 498

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no sentido de atender o pedido do senhor Miguel David de Lima, o qual pede a troca das lâmpadas queimadas dos postes da Rua Alagoas, esquina com a Rua Almirante José Joaquim Tavares - Balneário Carmery - Olho D'Água.

No local existe uma praça e devido a escuridão a noite as crianças, principalmente, não podem nela brincar. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone (047) 247-4526. Com o atendimento do presente, toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 500

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Guaratuba, a qual pede a abertura de uma rua entre a Rua Argentina e Rua Porto Rico, no local onde existe uma valeta.

O motivo de tal reivindicação é que sua filha é deficiente (excepcional) e se locomove com cadeira de rodas, sendo impossível o acesso e saída de sua residência. Carros também não conseguem passar pelo local, prejudicando muito as pessoas que ali residem.

Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone (041) 288-3413.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 499

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Luciana Maria Furtoso, residente à Rua José Ribeiro Filho, 223 - Bairro Cachoeira, que pede a colocação da tampa na boca-de-lobo sita em frente a sua residência. A mesma encontra-se aberta e servindo de local de procriação de ratos, além do mau odor insuportável.

Pede urgência no atendimento do presente, uma vez que a situação é crítica e está afetando a saúde dos moradores e comunidade em geral.

Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 657-9167.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 501

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Fátima Ferreira Maier, residente à Rua São José dos Pinhais, 508 - Jardim Roma, que pede reparos na rua em que reside devido a enorme quantidade de buracos e mato existentes.

Além desse problema, o bueiro encontra-se também em péssimo estado, causando alagamentos. Tal pedido de reparos já vem sendo feito pelos moradores faz muito tempo, porém não atendido. Os veículos não conseguem quase nem passar pela rua devido a situação crítica da mesma. Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 657-9115 e 338-9337 (comercial).

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 65/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica garantido o atendimento médico ambulatorial e hospitalar gratuito a brasileiros que moram em cidades paraguaias da região de fronteira com o Paraná, sem a exigência de comprovação de endereço.

Art. 2º - O presente benefício é extensivo a filhos menores de brasileiros, mesmo os nascidos em território paraguaio, desde que os pais comprovem nacionalidade brasileira.

Art. 3º - O atendimento gratuito em postos de saúde, clínicas, laboratórios e hospitais que recebem verbas públicas se dará nos mesmos moldes que o dispensado aos brasileiros que moram no Brasil, tanto nos casos preventivos como nas situações de emergência.

Art. 4º - Empresas e profissionais que desrespeitam essa determinação - seja negando atendimento, exigindo comprovante de endereço ou cobrando pela prestação de serviços - ficarão sujeitos às punições previstas pelo Código de Ética Médica e contratos de convênios firmados com os governos estadual e federal.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Milhares de brasileiros moram atualmente em cidades paraguaias na região fronteira. A migração destas pessoas, nascidas em territórios brasileiros, foi provocada principalmente pela falta de oportunidade de emprego e de perspectiva para adquirir um pedaço de terra onde pudessem produzir e buscar melhores condições de vida, aqui no Brasil.

Esses agricultores, não perderam os vínculos com suas origens. Continuam a ser brasileiros, visto que não buscaram sequer dupla cidadania - na maioria dos casos - e não tiveram cancelada sua nacionalidade pela Justiça brasileira.

Essa condição de estrangeiros no Paraguai não lhes garante a posse definitiva das terras que cultivam e nem acesso ao sistema médico gratuito, cujo atendimento é precário inclusive para os próprios paraguaios.

Além disso, em muitos casos, os brasiguaios investem no Brasil os poucos lucros obtidos com o trabalho desenvolvido no interior do vizinho país, adquirindo imóveis ou veículos, o que redundará na geração de empregos e recolhimento de impostos.

O amparo médico é, portanto, uma obrigação do governo e um direito desses cidadãos, visto que foram praticamente obrigados a deixar o Brasil, excluídos por um sistema injusto que não oferece oportunidades iguais para os que aqui nasceram.

PROJETO DE LEI Nº 66/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o governo do Estado do Paraná autorizado a repassar verbas através da Secretaria de Estado da

Segurança Pública aos Conselhos Comunitários de Segurança para executarem serviços de manutenção, reparos, recuperação e aquisição de equipamentos para as viaturas policiais.

Art. 2º - Os repasses serão feitos diretamente a municípios que possuem Conselho Comunitário de Segurança, declarados de Utilidade Pública.

Art. 3º - As verbas repassadas pelo governo serão apenas a título de ajuda, os Conselhos continuarão a arrecadar recursos financeiros, através de doações e contribuições da comunidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(aa) EDNO GUIMARÃES

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem a finalidade de acabar com o moroso trâmite de consertos e manutenção de veículos usados na área de Segurança Pública do Estado.

Hoje em dia os veículos com problemas são envidados a capital do Estado para que seja feito a recuperação necessária, este processo além de demorar meses, o custo do deslocamento muitas vezes ultrapassa o valor do trabalho a ser executado.

Fazendo esse repasse o governo do Estado fica quase que isento dos reparos nas viaturas, ficando o Conselho Comunitário Municipal de Segurança também responsável pelos veículos policiais.

No interior do Estado os custos e o tempo de serviço para a recuperação e reparos nas viaturas também é menor que na capital do Estado, diminuindo assim o tempo que o município fica sem o veículo.

Mais um motivo seria o fato de que muitos veículos são considerados inservíveis para o Estado, mas o Conselho Comunitário de Segurança com a ajuda da comunidade pode recuperá-lo e colocá-lo em serviço novamente.

Quero salientar que os Conselhos Comunitários de Segurança em todo o Estado do Paraná têm prestado um valioso serviço voluntário em prol da segurança municipal, auxiliando as autoridades policiais dos municípios.

PROJETO DE LEI Nº 67/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Lions Clube de Londrina - Independência, do município de Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Lions Clube de Londrina - Independência, foi constituído em 18/11/75, é uma entidade civil sem fins lucrativos, tendo por finalidade interessar-se ativamente pelo bem-estar cívico, cultural, social e moral da comunidade, criar e fomentar o espírito de compreensão entre seus membros, procurando unir-se aos demais clubes através de laços de amizade e companheirismo, promover a livre discussão de assuntos de interesse da comunidade e elevar o padrão de ética no comércio, indústria, profissões e em empreendimentos particulares de seus membros.

Como bem esclarece o relatório de atividades anexo ao presente, as ações desenvolvidas pelo Lions Clube Londrina - Independência, estão voltadas a soluções dos problemas quotidianos da comunidade e, além dos recursos arrecadados com promoções junto a comunidade local, há que se ressaltar que necessita de repasses de valores da parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais e, para poder se habilitar junto aos mesmos, precisa da lei de Utilidade Pública.

Portanto, por entender como justo e para atender ao que acima expus, conto com a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 68/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 7826, de 29 de dezembro de 1983.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 7.826, de 29 de dezembro de 1983, objeto da pretendida revogação, alterou o art. 160 da Lei nº 1.943, de 23 de janeiro de 1954 (Código da Polícia Militar) permitindo a suspensão da obrigatoriedade da transferência para a reserva do Policial Militar.

Essa exceção poderá ocorrer, segundo a lei, à juízo do governador do Estado e também necessidade técnica do serviço nos casos dos oficiais ocupantes dos cargos de comandante geral e chefe do Estado-Maior da Polícia Militar e Chefe da Casa Militar do governo do Estado.

A referida lei, na verdade, vem ferir a real intenção do legislador do Código da Polícia Militar, já que existe dispositivo legal acolhendo a figura da transferência para a reserva tratando-a tanto como um direito, quanto uma obrigação.

A Constituição Federal, no inciso XXXVI do seu art. 5º, cita que a lei não prejudicará o direito adquirido. E tendo o Policial Militar exercido sua função durante anos exigidos, tem ele o direito de passar para a reserva.

A Magna Carta, igualmente, cita no mesmo artigo, inciso II, que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Assim, havendo obrigação legal de passar para a reserva, como bem explica o Código da Polícia Militar, qualquer exceção à regra fere os direitos e deveres individuais exalados da Constituição Federal.

Assim, pelas razões acima expostas, esperamos poder contar com o merecido apoio dos nobres Pares para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 69/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Paraná - Agepar, com natureza autárquica, dotada de autonomia financeira, funcional e administrativa, com sede na Capital do Estado e escritórios descentralizados nas cidades com mais de 200 mil habitantes, de acordo com dados do IBGE.

Art. 2º - Constituem os objetivos da Agepar:

I - Assegurar a prestação de serviços adequados, assim entendidos aqueles que satisfaçam as condições de universalidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade nas suas tarifas;

II - Garantir a harmonia entre os interesses dos usuários e concessionários, permissionários ou autoriza-tórios de serviços públicos.

Art. 3º - Compete à Agepar, no âmbito de suas atribuições, controlar e fiscalizar, bem como, se for o caso, normatizar e fixar tarifas dos serviços públicos delegados, em decorrência de norma legal, disposição contratual, convênio, ou privatização (total ou parcial), do governo do Estado do Paraná, ou de suas entidades da administração indireta, em especial.

I - Saneamento;

II - Energia elétrica;

III - Rodovias;

IV - Ferrovias;

V - Telecomunicações

VI - Portos e hidrovias;

VII - Transporte de passageiros (urbano e intermunicipal);

VIII - Aeroportos;

IX - Mineração;

X - Parques e reservas florestais.

Art. 4º - Compete ainda à Agepar:

I - Garantir a aplicação do princípio da isonomia no uso e acesso aos serviços delegados;

II - Praticar tarifas condizentes, levando em consideração os custos dos serviços e margem de lucro permitida pelo órgão autorizador;

III - cumprir e fazer cumprir a legislação específica relacionada aos serviços públicos;

IV - fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas no contrato de concessão ou de permissão para exploração dos serviços públicos acima relacionados;

V - fixar ou rever os valores das tarifas e sua composição;

VI - Propor alteração das condições dos respectivos contratos, bem como sua extinção ou atendimento;

VII - Requisitar informações relativas aos serviços públicos delegados de órgãos ou entidades da administração estadual ou de quem os estiverem realizando.

VIII - Arbitrar conflitos de interesses, no limite das atribuições previstas nesta Lei, relativos aos objetivos das concessões, permissões e autorizações.

IX - Permitir o amplo acesso às informações sobre a prestação dos serviços públicos delegados e sobre suas próprias atividades, além de acesso aos contratos e termos de concessões;

X - Fiscalizar a qualidade dos serviços por meio de indicadores e procedimentos amostrais, bem como o respeito ao meio ambiente dentro de suas atividades;

XI - Multar as empresas que desrespeitarem os objetivos dos contratos, com base na Lei nº8078/90 (Código de Defesa do Consumidor), destinando os valores provenientes do recolhimento destas multas a um fundo de manutenção da Agepar.

Art. 5º - A Agepar terá a seguinte estrutura básica:

I - Conselho Superior;

II - Diretoria Geral;

III - Três Diretorias: de fiscalização da qualidade dos serviços; de acompanhamento de tarifas e estudos sócio-econômicos e de administração e finanças;

IV - Assessoria jurídica.

Art. 6º - O Conselho Superior será composto por cinco membros, assim indicados:

I - Um membro de livre nomeação do governador do Estado;

II - Um membro indicado pela Assembleia Legislativa do Paraná;

III - Um membro representando o Ministério Público Estadual;

IV - Um membro representante dos usuários e consumidores, indicado por uma organização não-governamental de defesa do consumidor, escolhida entre as mais conceituadas e antigas que atuam nessa área;

V - Um membro indicado pela Seção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Art. 7º - os membros do Conselho Superior da Agepar, terão mandato de quatro anos e serão empossados somente após terem seus nomes aprovados pela

Assembleia Legislativa do Paraná, satisfeitas as seguintes condições:

I - Ser brasileiro;

II - Ser maior idade;

III - Ter reputação ilibada e idoneidade moral;

IV - Ter experiência comprovada no exercício da função relevante para a Agepar

Art. 8º - Após nomeação, o conselheiro perderá o cargo antes do término de seu mandato em qualquer das seguintes hipóteses:

I - Constatação de que sua permanência na função possa comprometer a independência e integridade de Agepar;

II - Condenação por crime doloso;

III - Condenação por improbidade administrativa;

IV - rejeição de contas pelo Tribunal de Contas do estado em decisão definitiva nessa esfera;

V - Ausência injustificada a três reuniões consecutivas ou cinco reuniões alternadas por ano;

VI - Exercício de cargo ou função na administração pública nos casos dos incisos II e III do artigo sexto;

VII - Recebimento, a qualquer título, de quantias, valores, descontos, vantagens ou benefícios de qualquer entidade regulada, ou dela se tornar sócio, quotista ou acionista;

VIII - Manifestar-se publicamente, salvo nas sessões do Conselho Diretor, sobre qualquer assunto submetido à Agepar, ou que, pela sua natureza, possa vir a ser objeto de apreciação da mesma.

Art. 9º - Os servidores da Agepar estarão sujeitos ao regime jurídico único dos demais servidores da administração.

Art. 10 - À Diretoria Geral compete a execução das atividades da Agepar, dando aplicação às deliberações de seu Conselho Superior.

Art. 11 - Os titulares das diretorias serão escolhidos pelo Conselho Superior, na forma do regimento interno da Agepar e nomeados pelo governador.

12 - As atribuições dos órgãos da Agepar, bem como sua estrutura interna, serão estabelecidas em, regimento interno, elaborado pelo Conselho Superior e aprovado por decreto do Poder Executivo.

Art. 13 - A Agepar publicará, anualmente, relatório da evolução dos indicadores de qualidade do serviço, inclusive sobre reclamação dos usuários, bem como pesquisas de opinião pública sobre a prestação dos serviços públicos delegados.

I - Anualmente, após a publicação dos resultados e avaliação dos indicadores e da pesquisa de opinião, será realizada audiência pública, cujo teor e resultados

serão publicados e remetidos à Assembléia Legislativa;

II - A Agepar disponibilizará aos seus usuários um sistema de ouvidoria pública, na forma de seu regimento.

Art. 14 - As despesas da Agepar serão custeadas pelas seguintes receitas:

I - Transferência de recursos pelos titulares do Poder Concedente, a título de fiscalização dos serviços delegados;

II - Valor arrecadado através de taxas vinculadas às suas atividades e multas aplicadas em decorrência de suas atribuições, nos termos da lei, de convênios e dos contratos de delegação;

III - No primeiro ano, a partir de sua efetiva criação, recursos do Tesouro do Estado alocados em Orçamento;

IV - Outras receitas, tais como as resultantes de aplicações de bens e valores patrimoniais legados e doações.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para cobrir as despesas decorrentes da execução desta Lei.

Art. 16 - No prazo de 90 dias, a contar da data de publicação desta Lei, o poder Executivo encaminhará projeto de lei criando o quadro e fixando o valor de remuneração dos servidores, dos conselheiros e diretores.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A onda desestatizante que atinge o país trouxe mais que capital estrangeiro e uma roupagem capitalista para a economia brasileira. A livre iniciativa, que regula as relações de mercado, causa descontentamento e preocupação para a parcela mais pobre da população.

Em todas as empresas privatizadas os custos para os usuários aumentaram e a qualidade de serviço caiu. É assim, por exemplo, com a telefonia fixa, com as rodovias, com a Ferroeste e com o Banestado.

Dados do Procon dão conta de que o índice de reclamações com relação ao atendimento destas empresas neoprivadas é astronômico. Somando ao descontentamento dos usuários, a falta de estrutura do Procon em atender essa demanda crescente, deixa os paranaenses órfãos de amparo legal quando se trata de garantia de acesso serviços essenciais.

A Agepar deverá preencher essa lacuna, possibilitando aos usuários dos serviços, antes mantidos pelo Estado, a segurança da prestação satisfatória com tarifas justas. A agência também vai garantir a fiscalização da adequação das atividades a preservação do meio ambiente, patrimônio de todos que deve ser mantido para as

próximas gerações. A implantação deste órgão torna-se ainda mais urgente quando se verifica que o Estado continua a avançar acelerado na direção das privatizações.

Longe de se confrontar com os demais instrumentos estatais de controle e fiscalização, a proposta é para que se crie um órgão técnico especializado para a defesa dos interesses da coletividade, perante as empresas que já assumiram ou virão a assumir encargos na condição de delegadas dos serviços públicos.

Essas empresas passaram a realizar funções que tradicionalmente são desempenhadas pelo Estado, mas este não pode perder o controle sobre esses serviços, sob pena de estar sendo omissos e abrindo caminho para que sua população e seu meio ambiente sejam explorados inexorável e impunemente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, na tarde de ontem, estive presente no Paraná uma das pessoas mais ilustres desta Nação, o ex-presidente Itamar Franco. Aqui estive com um dos coordenadores do Fórum da não privatização da Copel, ex-deputado Nelson Friedrich, acompanhado de inúmeros senhores parlamentares e lideranças do nosso Estado, para com aquela autoridade nacional, colocar o seu pensamento, e nós, os nossos fatos relacionados à privatização da Copel.

Tivemos a honra de ter, naquela pessoa, conhecimentos vários sobre a Copel do Paraná, coisa que desconhecíamos. Itamar Franco conhece tão bem ou muito melhor a nossa Copel, de que nós todos. Sabe ele que um dos poucos Estados da Federação que não é assolado por seca, não tem o Paraná no seu solo aquilo que outros quadrantes da Nação infelizmente possuem e o fato dos conhecimentos que ele ontem nos ilustrava, à noite, foi através de jornais de toda a Nação e imprensa televisada sobre o problema de energia, que poderá a nossa Nação ter um racionamento, um colapso e ter o que antevíamos, que é realmente tirar do Sul para emprestar a quem quer que seja, através daquilo de não desejamos, que é a privatização da Copel.

Hoje aqui estamos e Sua Excelência o ex-presidente Itamar Franco em outras reuniões no Paraná se encontra, dando ao Paraná o respaldo de um aval nacional que não devemos vender a Copel. Em contrapartida, o governo do estado, já num processo suicida, aonde não existe mais a quem reclamar ou a quem se apegar para a venda da Copel, ele, com o dinheiro público dos paranaenses, faz com que todos os jornais do Paraná, sejam inseridos neles, os Estados onde foram feitas as privatizações das empresas ligadas à energia elétrica desta Nação.

Colocava ele, um governador do PT, alguns governadores do PSDB, outros do PMDB, do PFL, enfim, de todos os partidos, mas Sua Excelência o governador não

teve a decência e nós aqui estamos a reclamar da liderança do Governo que coloque todos os balancetes daquelas empresas que foram privatizadas, para nós verificarmos quais davam lucro e quais davam prejuízo e porquê foram privatizadas.

O Paraná tem uma empresa enxuta, senhor governador Jaime Lerner. O Paraná deu 430 milhões de reais neste ano de operação da Copel. Se vendermos a Copel por 07, 8 bilhões como pretendem e não sabemos o que eles pretendem, em 10 anos, em 12 anos a empresa se autopaga. É o valor do capital que estão tentando tirar do bolso, do coração e do trabalho dos paranaenses. E nós, através dos fóruns que estamos estabelecendo, senhor presidente Elio Rusch, em todo o Paraná, estamos tão somente dando a nossa participação que acredito que a maioria da Bancada Situacionista também irá dar aos 97% de paranaenses que, numa consulta popular da Rede Paranaense de Televisão, está fazendo, onde 4% é a favor da venda da Copel.

Será que é só o Jaime Lerner e sua equipe é que tem razão? Se 97% da população é contra a privatização, se o governo federal tem uma estratégia, tem um programa, ele que pegue a estratégia, o programa e vá aplicar em outro lado do Brasil que não dá certo, porque aqui no Paraná a Copel está dando certo.

Quero ver a situação deste Plenário, senhor presidente, senhores deputados, através do Comitê de Imprensa, através das visitas que virão a esta Casa, das autoridades que serão chamadas naquele embate que vamos trazer o atual presidente da Copel e secretários de Estado, vamos trazer pessoas que, como nós, são contra a privatização, para estabelecermos a vantagem e as desvantagens.

Não queremos, senhor presidente e senhores deputados, dizer que estamos com a razão, que os 97% da população do Paraná que não quer e não deseja vender a Copel, esteja com a razão.

A razão é estabelecida por um debate, onde os argumentos, técnicos e, principalmente, políticos e sociais são apresentados.

A nossa Copel com todos os defeitos que possa ter, empresta não só ao Paraná e ao Brasil, empresta ao exterior a sua tecnologia, os seus conhecimentos científicos ligados à eletricidade.

A Copel tem um dos maiores patrimônios invejados desta Nação pelas hidrelétricas que possui, que é energia mais barata, é a energia da água. A água que não falta no Paraná, a água que Deus deu a esse território paranaense, a presença da mão Dele. Não só no povo que aqui está, no trabalho que desenvolveram, mas também na circunstância que agora se apresenta.

Tenho certeza absoluta que a clarividência dos senhores deputados da Bancada Situacionista irá se somar com o povo do Paraná, com os 97%. E o Jaime Lerner que está com a mala pronta para sair do Palácio Iguaçu - não sei se está levando roupa ou está levando outra coisa. Ele vai voltar para onde ele veio e vai mostrar que a sua

passagem no Paraná foi, realmente, uma das piores possíveis. Vendendo o Banestado. Dilapidando com a Sanepar e agora querendo entregar a Copel.

Tenho a certeza absoluta, senhores deputados, que nesta Casa - mesmo depois dos esclarecimentos feitos por alguém do governo, e quando os argumentos do povo do Paraná através de Lideranças e das posição anti-privatização da Copel, haveremos de ter um consenso ainda maior do povo do Paraná.

Quero dizer que nós estamos, como ontem aqui estivemos nesta tribuna, e hoje, já pela manhã, na Presidência, no gabinete do presidente Hermas Brandão, lá se encontrando o deputado Ângelo Vanhoni, este que vos fala, o deputado Caíto Quintana, chegou o secretário de Segurança, conjuntamente com o deputado Moysés Leônidas, chegava para uma reunião com as lideranças da Bancada da Situação.

Nós não somos contra reuniões como esta. Somos a favor de que tudo aquilo que é feito na Segurança seja feito em benefício do povo e quando não for, nós estaremos cobrando. Não queremos resultado de reunião, deputado Irineu Colombo; queremos resultado de ação de segurança do Estado do Paraná.

Falo disto fugindo um pouco do assunto "Copel", para mostrar aos senhores, que pensam que o Paraná é decidido em quatro paredes. Não é! Reunião de secretário feita com Bancada de Situação também não é administração pública do Estado. Deve ser feita às claras, ter transparência, dignidade e acima de tudo, honestidade de propósitos.

Concedo aparte ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Zuk, a propósito do que Vossa Excelência está colocando, o ex-deputado Tavares esteve hoje aqui, e fiquei sabendo que veio tratar da questão do Estatuto da Polícia Civil.

Passei e dei uma olhada rapidamente por cima desta nova intenção que eles têm, e por informações até de pessoas capacitadas dentro desta área, estou me aprofundando e fazendo um estudo, está totalmente "furado" este Estatuto. Vai atingir e atender apaniguados do próprio secretário e não vai atender a toda a categoria.

Então, já de alerta, estou inclusive aproveitando este aparte para dizer que vou fazer um trabalho no sentido de tentar ajudar os delegados de carreira, muitos delegados, inclusive pessoas idôneas, que fazem parte da polícia.

Agora, a respeito da questão da Segurança, eu até queria fazer um apelo para a imprensa, para o nosso comitê de imprensa, porque o posicionamento feito, aqui não ouvimos nenhum clamor, nenhuma nota dada pela imprensa, da preocupação. Eu inclusive tenho um compromisso com a comunidade de Londrina e do Norte do Estado, e a impressão que se tem é que não estamos cobrando, que não estamos fazendo nada! Nós estamos

fazendo cobranças diárias com relação à questão da segurança. E fico muito triste quando vejo, no jornal, que agora empresários aqui de Curitiba estão comprando carros blindados, com medo da questão da segurança na Capital do Estado, uma Curitiba que é cantada em verso e prosa no mundo inteiro, como uma cidade boa de se morar, na questão de qualidade de vida, da segurança. E este é o pior “hand cap” que nós vamos ter para o Estado do Paraná, que está vivendo uma boa fase. Curitiba, que é capital Ecológica, que é uma cidade boa de se morar, agora aqui também os empresários têm que andar com carros blindados.

Acho que é mais um alerta que a sociedade, de um modo geral, faz ao governo. O secretário Tavares, numa das audiências que teve em Londrina, na Câmara de vereadores, ouvi pelo rádio a transmissão e ouvi quando um vereador, quando foi interpelar o secretário, disse: “Olha, pelo seu discurso de entrada, tive a impressão de que o senhor iria pedir para sair da secretaria hoje, aqui em Londrina, porque está comprometendo, inclusive, até a posição do governador”.

Agora, a partir do momento em que se fala, nacionalmente, que Curitiba é a melhor cidade do País para se viver, os empresários têm que andar com carros blindados, chegou o caos total. E é hora de o secretário Tavares “pegar o boné” e voltar para casa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Encerrando, senhor presidente e senhores deputados, acredito que a segurança virá a esta tribuna, a este plenário, em diversas outras oportunidades, como também a Copel.

Agradeço a atenção e a benevolência da Presidência na extensão do meu tempo.]

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Antes de anunciar o próximo orador inscrito, queremos anunciar a presença do prefeito de Marechal Cândido Rondon, Edson Vazes, que está presenciando a sessão de hoje.

Obrigado, prefeito Edson.

Com a palavra o deputado Irineu Colombo, no Pequeno Expediente.

O SR. IRINEU COLOMBO -

Senhor presidente Elio Lino Rusch, demais membros da Mesa, senhoras deputadas, senhores deputados.

Eu, na verdade e de certa forma, continuo o pronunciamento do nosso colega de Oposição, Luiz Carlos Zuk, nosso vibrante deputado do PDT tratando do assunto Segurança Pública no Paraná.

Nós temos recebido visitas de pessoas ligadas ao alto escalão da Polícia Militar, que merecem o nosso absoluto respeito, que tem questionamentos internos ao funcionamento da corporação, desde o episódio dos uniformes, levantando aqui pelo deputado Ricardo Chab,

que até hoje não está esclarecido à opinião pública, passando pelo estilo de polícia implementada pelo governo do Estado.

Quero falar um pouco sobre o estilo de polícia implementada pelo governo do Estado.

Antes, porém, para calçar o meu pronunciamento, tenho aqui ofícios, um deles do município de Santa Terezinha de Itaipu, que reclama da falta de policiais, da falta de automóveis, da falta de gasolina para o policiamento da cidade. Recebi ontem ainda também uma queixa da Câmara de Vereadores do município de Três Barras, onde fui informado que três policiais que estão na cidade se preocupam mais em abordar os colonos, modestos e inofensivos colonos, que vêm com os seus Fuscas, com suas Brasília, aquela Brasília do tempo que não existia nem o acessório para colocar o cinto de segurança, e dão multas pesadas, param, colocam em situação constrangedora os agricultores.

Deputado Alborghetti, eles abordaram o prefeito, vasculharam todo o seu carro e colocaram-no em situação constrangedora.

Acho que se eu um dia for abordado, devo apresentar documentação, devo ser revistado. Mas acontece que o prefeito estava indo da casa dele até o Passo Municipal. trajeto absolutamente suspeito. Autoridade absolutamente suspeita. Mas esses policiais e um sargento, chamado Bazanello, e um soldado Zibetti que já trocou tiros com outro policial no centro da cidade - apreenderam automóveis da própria prefeitura e uma Kombi que levava estudantes até a cidade de Francisco Beltrão, sem motivo.

E no momento em que o prefeito vai retirar a Kombi, com toda a documentação em dia, o sargento não se encontra e a Kombi só pode sair com a autorização dele. Já faz mais de uma semana que ela está retida, sem motivo, segundo informações da Câmara Municipal de Vereadores.

Eu quero dar fé ao depoimento dos senhores vereadores.

É mais um caso grave, e eu sei, porque também tive voz de prisão dada pelo tenente Márcio, pelo tenente Nivaldo quando do conflito dos caminhoneiros, quando eu estava me reunindo com o que sobrava da comunidade de São Miguel do Iguaçu, no posto de gasolina, eles investiram contra nós, não respeitaram nem a figura de um negociador que estava a tarde inteira negociando com eles, eles sabiam quem eu era.

O que acontece é que a polícia do Paraná tem dinheiro, tem estrutura, tem armamento pesado para enfrentar o movimento social.

Para enfrentar o movimento social eles têm equipamento, tem capacidade de mobilização.

Para atender ao povo, para perseguir bandidos, a polícia está abandonada. Para dar segurança aos municípios, a polícia não tem estrutura. O que precisamos mudar é o estilo de policiamento do Paraná, e que se

torne mais barata, uma polícia comunitária, uma polícia que tem identificação com o político, com o presidente da Associação de Bairros, com o pastor, com o padre da comunidade, não uma polícia desconhecida, não uma polícia que, inclusive o seu comando não tem moral perante a tropa. e é isso que está acontecendo com a polícia do Paraná.

O deputado sabe muito bem quando estou falando sobre a questão moral. Moral, perante a tropa, é crédito, é credibilidade. Por exemplo, um policial que se formou sargento, tenente, capitão, coronel, tem relação com a tropa e tem condições de dar uma ordem e retirá-la se ele perceber que a operação está errada. O que acontece hoje em dia com o comando é que ele não tem credibilidade, dá uma ordem, os policiais cumprem 150%, inclusive, para ferrar o comando, porque este não tem credibilidade porque estão acontecendo os exageros.

O comando precisa de alguém que tenha condições de credibilidade - gente com tradição na polícia.

O que estamos propondo em termos de idéias, para a polícia do Paraná, é que seja uma polícia preparada também para lidar com o movimento social. Qualquer movimento social. A polícia tem que estar preparada para enfrentar e contornar os exageros, sem fugir da sua responsabilidade.

O que existe hoje, quando acontece qualquer nível de confronto, jogam uma carga pesada, uma verdadeira guerra sobre o movimento social. Não há o que chamamos de tensão e distensão, na estratégia militar. Deu tensão, acabam com a tensão na base da "porrada".

Queremos uma polícia que não coloque os soldados em situação constrangedora, de ficar batendo em trabalhador e em desempregado. Conversamos com os policiais, sargentos e os praças, e em geral, eles, muitas vezes, se sentem constrangidos em determinada ação, porque eles têm certeza que a ação está errada, mas têm que cumprí-la por causa da ordem.

E, às vezes, exageram porque querem ferrar com o comando, porque é um comando ilegítimo, sem credibilidade e não tem moral perante a tropa.

O comandante-chefe da Polícia Militar do Paraná é o governador do Estado. Nunca vi esse governo passar em revista as tropas, dando um pronunciamento ou uma palestra a elas, para ter credibilidade. Muitos governos de direita e de esquerda têm tratado a polícia com absoluta respeitabilidade, pedindo à polícia que use o bom-senso, para lidar com o movimento social e também para com os bandidos. Com o movimento social um pouco mais de jeito e diplomacia. Com os bandidos a carga dura da preparação policial. Às vezes é ao contrário: com os bandidos, uma operação "meia-boca" e com o movimento social, já que vai ganhar de dez a zero, toda a carga necessária.

Um governo tem que atuar para ter um novo estilo de polícia. Um governo tem que passar em revista as tropas. Tem que ir lá, às 4:30 horas da manhã, acordar todo

mundo no quartel e dar uma orientação do estilo de polícia que ele quer.

Um governo, quando acontece um escândalo como esse que foi denunciado pelo deputado Chab na questão dos uniformes, tem que passar a limpo, tirando todo mundo e colocar um comando de credibilidade.

A coisa está ficando insuportável. Daqui uns dias vamos ter rebelião de praças. Vai acontecer o que aconteceu em Recife. A situação do Paraná na Segurança é extremamente delicada. Mas não só queremos criticar a atual postura do estilo do policiamento do Paraná, mas temos uma visão de uma polícia preparada, diplomática e comunitária, que tem relações afetivas com a sua comunidade e acima de tudo, transparente.

Sabemos que o policial ganha muito pouco, mas ele gostaria de saber quanto é o orçamento da polícia. Se ele sabe que o orçamento é apertado ou bastante, fica satisfeito, porque é tratado com dignidade. É como o salário do deputado, quando não falamos, todo mundo fica desconfiado, achando que ganhamos 15, 20 mil reais, por mês. Aí você fala: Ganhamos 6 mil reais brutos, desconta o imposto de renda, vários parlamentares, como nós, contribuem com o Partido, com a Previdência, etc.; sobrando 3, 4 mil reais, no máximo. Aí você explica isso e as pessoas compreendem.

Então, tem que ser transparente, o Estado que quer credibilidade com os servidores públicos, com os praças, com a polícia, tem que ser transparente, temos que mudar o estilo de policiamento no Paraná; e sobretudo, quando se trata do movimento social ter habilidade para lidar. Não como esse governo, o governo não tem nenhuma habilidade, não tem nenhuma proposta para lidar com o movimento social, e aliás, nem proposta para lidar com o bandido porque o que falta de policiamento por esse Paraná, afora é brincadeira.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Élio Rusch**)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Senhor presidente, nobres deputados, senhoras deputadas aqui presentes, antes de eu iniciar as minhas palavras quero saudar os vereadores de Cidade Gaúcha que estão nos visitando aqui no Plenário, Ovídio Alves Teixeira, José Alves de Souza, José Carlos e Alcides Pasqual.

Meus caros companheiros deputados, eu queria, antes de falar de um projeto que estamos encaminhando a esta Casa de Leis, queria citar alguns problemas que nós temos. Queria chamar a atenção dos deputados de Maringá aqui presentes também.

Nós temos um trecho na rodovia que liga Cianorte a Maringá, além da ponte do rio Ivaí, que praticamente dentre em breve ela estará intransitável, tenho certeza disso. Nós temos, na chegada de Maringá, alguns

quilômetros até Paissandu, que têm mais de vinte quedramolas, obstáculos, e durante esses sete ou dez quilômetros, nós temos a faixa proibindo a ultrapassagem de veículos, é faixa amarela dupla. Então, se você chegar até Paissandu e ficar atrás de algumas carretas, de alguns carros pesados, você só vai conseguir sair deles pós-Maringá. Até Maringá não será possível, a não ser que você cometa uma irregularidade de trânsito, e sempre fica lá na frente já o policiamento rodoviário para lhe autuar em flagrante, se você ultrapassar em cima da faixa amarela.

Então, eu acho que essa falha tem que ser corrigida, eu acho que o pessoal que cuida, os responsáveis da região de Maringá, nós temos que tomar uma medida urgente, não se pode manter aquelas duas faixas duplas de Paissandu até Maringá porque senão você gasta trinta minutos até Paissandu e depois quase uma hora de Paissandu a Maringá sem exagero.

Mas, falando da Polícia, falando dos problemas que nós temos no interior a falta de combustível, viaturas faltando reparo, a polícia de fato deixa muito a desejar na sua estrutura.

Eu sabendo do trabalho que os Conselhos Comunitários de Segurança têm feito, estamos encaminhando um projeto de lei a esta Casa, troquei idéias com o grande parlamentar, nosso grande companheiro Alborghetti, e ele assinou comigo este projeto. Tenho certeza que este projeto vai, de fato, dar uma consertada em tudo aquilo que está desarrumado, no setor do policiamento do interior.

Os Conselhos de Segurança Municipal têm feito um trabalho modelo, no interior do Estado. Por exemplo, em Cianorte o Conselho Comunitário de Segurança é composto de voluntários, de empresários, de entidades, escolhidas pessoas dos clubes de serviço, maçonaria, então é um conselho forte, honesto e digno e crédito. E às vezes fica fazendo promoções para angariar fundos para fazer os pequenos reparos nas viaturas da Polícia.

Outro exemplo. Em Cianorte nós temos três viaturas seminovas, encostadas. Se nós formos transportar estas viaturas para que seja feito o reparo, aqui em Curitiba, o custo do transporte é mais ou menos, o preço do reparo desta viatura, lá no interior. Além de tudo a mão-de-obra no interior é mais barata, a facilidade que nós temos é muito maior e resolveria isso em casa.

Para isso o projeto pede que o governo repasse parte dos recursos em parceria com o Conselho de Segurança. Isso fará com que tenhamos as viaturas prontas, com condições de fazer aquele trabalho que o povo, de fato, espera. Eu vou aguardar o pronunciamento do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que assinou comigo este projeto e tenho certeza que vamos ter o apoio da maioria dos parlamentares desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ELI GHELLERE (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para registrar a presença do ex-vereador de Foz do Iguaçu, Beto Koebel.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

É evidente que o assunto que toma conta, na sessão de hoje é a questão de Segurança Pública, e talvez até devêssemos ocupar a tribuna para discorrer sobre este assunto.

Mas, o que eu quero analisar com os senhores deputados no dia de hoje, é um assunto que não é de Segurança Pública, propriamente dito, mas também pode assim ser considerado. Diz respeito à questão do meio período de trabalho instituído pelo governo do Estado, em suas secretarias, em seus departamentos, enfim, na Administração Pública do Paraná.

Eu me lembro que há questão de uns 30 dias atrás, quando estava para ser implantado este assunto, numa reunião que tivemos no gabinete da Presidência com deputado Hermas Brandão e com o secretário Polloni, para discutirmos sobre a questão da vaca louca e o embargo interposto ao Brasil, pelo Canadá, uma das coisas que nós colocamos, naquele momento, em nome do Bloco Agropecuário, na condição de médico veterinário e que recebeu apoio de todas as entidades do setor produtivo do Paraná, foi que a Secretaria da Agricultura não implantasse o meio nos serviços de fiscalização, fosse ela fiscalização sanitária animal, fosse ela fiscalização sanitária vegetal. E nós alertávamos, naquele momento que a adoção do meio expediente, do meio período de trabalho para os veterinários, agrônomos e demais técnicos que atuam na área de fiscalização, poderia levar ao descrédito o trabalho de fiscalização sanitária que nós desenvolvemos no nosso Estado.

Porque, senhor presidente, senhores deputados, a doença do animal, a bactéria, o vírus, o bacilo, não escolhe se é de manhã, de tarde, de noite, para acometer um animal de enfermidade. E não tem sentido neste momento em que o mundo se debate com os problemas da sanidade animal, onde a Inglaterra, a França estão às voltas com a febre aftosa, e já aparecendo em outros países como é o caso da Argentina, não se justifica de forma alguma, nenhum argumento nos convence e que uma secretaria de Estado, no seu departamento de fiscalização, no seu departamento de vigilância sanitária, possa trabalhar apenas das 12:30 às 19:00 horas.

Fizemos esse apelo e infelizmente o governo não nos atendeu. Além disso, além desse problema de caráter sanitário, desse caráter ligado à Medicina Veterinária, nós temos outros detalhes que também têm que ser considerado pelo governo.

Eu recebo o manifesto assinado, ou melhor, escrito mas não assinado por pessoas certamente ligadas ao serviço de vigilância sanitária vegetal da Secretaria, que alega o seguinte: existem municípios que estão sob a jurisdição de uma divisão de fiscalização, que estão

acerca de 100, 120 km, e que diante das condições das rodovias, muitas vezes se gasta uma hora e meia, duas horas, até três horas para se chegar a esse município.

Imaginando que o servidor começa a trabalhar às 12:30, ele vai chegar nesse município por volta de 15:30 da tarde e tem que estar de volta a sua sede às 19:00 horas, que tempo sobre para ele realizar o trabalho de vigilância sanitária, que tempo sobre para ele visitar naquele município as propriedades, orientar os produtores, fazer reuniões, fazer o seu trabalho? Não sobra tempo nenhum, senhor presidente, senhores deputados.

Mas o mais grave é que a Secretaria da Agricultura, e sei que isso não é vontade do secretário Antonio Poloni e da equipe que trabalha na Secretaria da Agricultura porque conversamos naquele dia, junto com o presidente Hermas, mas é uma determinação firme do governo do Estado, que o decreto estabelecendo meio período é para todos e eles também têm que trabalhar.

Eu torço e rezo, senhor presidente e senhores deputados, que nenhum problema ocorra no Paraná, porque o próprio Ministério da Agricultura já está questionando esse trabalho em meio expediente.

Quando, senhor presidente, senhores deputados, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Exército, a Marinha, a Aeronáutica se somam colocando o exército brasileiro nas fronteiras para fiscalizar o risco da entrada da febre aftosa argentina no Brasil, aqui no Paraná?

A Secretaria de Agricultura por uma determinação do governador diz o seguinte: Aqui no Paraná, de noite e de manhã os bichos não ficam doente, não tem problema de tráfego, não tem problema de trânsito de animais de noite ou de manhã, animal não vai ficar doente de manhã, portanto vamos continuar só fiscalizando no período da tarde porque tem que ter meio expediente.

Na minha opinião, senhor presidente e senhores deputados, primeiro como deputado estadual, e depois, muito mais como médico veterinário, é um risco terrível que o Paraná está correndo. Primeiro da doença entrar, e segundo, de se desmoralizar perante o cenário nacional de vigilância sanitária por estarem achando que no Paraná os bichos só vão ficar doentes no período da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente e senhores deputados.

O deputado Edno Guimarães e este deputado, entram nesta Casa hoje, com um projeto. Este projeto tem a finalidade de acabar com o moroso trâmite e manutenção de veículos usados da área de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Hoje em dia, senhores deputados, os veículos com problemas são enviados à capital do Estado. Um cemitério que nós temos aqui na capital, para que seja

feita a recuperação necessária. Esse processo, além de demorar meses, anos, o custo do deslocamento muitas vezes ultrapassa o valor do trabalho a ser executado.

Nós queremos fazer um repasse do governo do Estado aos Conselhos Comunitários de Segurança, porque o Conselho poderia, com essa verba, ficar responsável por um Centro de Atendimento da Polícia Civil e por um Centro de Atendimento da Polícia Militar.

Na época em que era governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, entrei com um projeto nesta Casa, nesse Parlamento criando o Centro de Atendimento à Polícia Civil e entrei com a Centro de Atendimento à Polícia Militar. Invés de trazer uma viatura da terra, do deputado Tiago Amorim para ser consertada na capital, ela seria reparada no Centro de Atendimento da Polícia Civil de Cascavel, uma oficina mecânica, uma oficina de lataria, uma oficina de pintura, tudo lá. O setor de pneus, setor de autopeças.

Se nos Países do primeiro mundo, deputado Tiago, têm isso, porque é que no meu Estado, no meu País, não existe isso? Por quê?

Naquela época quando adentrei com esse projeto, o governador Álvaro Dias me chamava ao Palácio e dizia: “Alborghetti, você está certo. Como nós não temos recursos para montar o que você pretende, então vamos correr o Paraná”.

Eu corri, deputado Tiago, o Paraná inteiro, com o governador Álvaro Dias. Todas as verbas que eram repassadas aos Conselhos Comunitários de Segurança, o governador Álvaro Dias que chegava alegre e feliz entregava o cheque na minha mão e eu repassava ao Conselho Comunitário de Segurança.

O governador dava ao deputado, e tenho certeza que aqui tenho os deputados que podem testemunhar esse fato. O governador Álvaro Dias dava o poder de entregar o cheque. O próprio governador dizia: “O deputado Alborgetti está trabalhando pela área de Segurança. O deputado Elio Rusch está trabalhando. O deputado Geraldo Cartário”. Enfim, o governador transmitia para o deputado a alegria de servir ao Parlamento, a alegria de lutar e ser deputado.

Naquela época o deputado era valorizado. Quantas vezes eu chegava em Londrina, chegava em outras cidades do Paraná, na terra do deputado José Maria Ferreira, em Cambé, em Rolândia, em tantas cidades que eu corria com o governador, em Bela Vista, em Sertãoópolis. Chegava com o cheque e entregava ao Conselho Comunitário de Segurança. Nós éramos valorizados, o deputado tinha respaldo do governo. Por isso venho pedir aos senhores deputados que votem favoravelmente a este humilde projeto que damos entrada hoje e queremos que o governo repasse, como fazia o governador Álvaro Dias, recursos para os Conselhos Comunitários de Segurança. Ao invés de o prefeito Waldyr Pugliesi pegar o dinheiro - eu conheço o Waldyr há trezentos mil anos e sei o que ele fez em Arapongas, a luta que eu tive com a sua esposa aqui na área da cidadania e justiça

social. E o que é que eu quero? Eu quero que o governador Jaime Lerner, pelo amor de Deus, convide o deputado Edno e este repasse para o Conselho Comunitário de Segurança de Cianorte, recursos para resolver os problemas da cidade. Que repasse para Cascavel, ao lado do deputado Tiago Amorim. Que chame a mim e ao deputado Antonio Carlos Belinati. Eu e o Antonio Carlos vamos lá e entregamos o cheque. Eu não quero aparecer. Se quiser convidar só o Antonio Carlos, que vá o Antonio Carlos, não tem problema! Não existe guerra! Convide o Pessuti para entregar em Ivaiporã. Convide o Algaci para entregar na região metropolitana, o deputado Cartário para entregar lá em São Gerônimo da Serra, o Zuk para entregar recursos para o Conselho Comunitário de Ponta Grossa!

É isso o que nós queremos, meu Deus!

Será que é difícil, meu Pai? Oh! Senhor Jesus Cristo, de abrir a cabeça dessa gente e entender que com poucos recursos podemos transformar os Conselhos Comunitários de Segurança, numa obra de desenvolvimento, numa obra de cidadania e de justiça social para a segurança pública da família paranaense?

O que representa o Conselho Comunitário de Segurança? Representa cidadania, justiça social, representa trabalhar pela família e pelos filhos do Paraná.

Conto com apoio ao projeto do deputado Edno Guimarães e do deputado Alborghetti para que possamos realizar este sonho de munir os Conselhos Comunitários de Segurança, com recursos e isso não custa nada ao governo do Estado do Paraná.

Pelo amor de Deus, vamos lembrar o governador Álvaro Dias. Na sua época, todos os Conselhos tinham verba, tinha verba para todos os Conselhos!

Espero que alguém ouça a minha voz e que fure esta pedra que está aí ou saia por esta porta e vá ao Palácio e que o governador corra, com todos os deputados deste parlamento, todas as cidades do Paraná, e que entregue não só viatura, nada! Entregue dinheiro, dinheiro, dinheiro para os Conselhos Comunitários de Segurança trabalharem pela segurança da família e dos filhos do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra ao senhor deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, a nossa presença nesta tribuna na tarde de hoje, se refere à CPI dos Supermercados. Eu acompanhei pela imprensa, que divulgou que esta semana a CPI dos Supermercados estaria entregando e oficializando um relatório.

A nossa CPI é composta por 07 deputados, entre eles tem o deputado relator o advogado Traiano, sem dúvida, conhecedor de direito, acompanhou todas as reuniões e sabe perfeitamente que a nossa CPI foi impe-

dida de continuar para ouvirmos o que havia de mais importante e necessário, para, aí sim, entregamos o relatório.

Eu, como presidente desta CPI, não assinarei, não entregarei e não irei, em hipótese alguma comungar, apesar de conhecer a eficiência, a inteligência do relator, mas não colocarei minha assinatura como protesto de não poder terminar.

Senhor presidente, acabei de chegar aqui no plenário, hoje me foi entregue através de uma consulta que fiz, foi entregue hoje aqui nas minhas mãos, uma resposta do governador do Estado - através do chefe da Casa Civil, que me dá informações a respeito da CPI dos Supermercados. A Imprensa divulgou que as CPI's gastaram 87 mil reais. Quero dizer que a minha CPI não passou de 6 ou 7 mil reais. Porque nós ficamos apenas ouvindo aqui em Curitiba e uma viagem apenas foi feita a Londrina.

Se essas informações, senhor presidente, e senhores deputados, que nós solicitamos para podermos aí, sim, ouvir os diretores do grupo Sonae e ouvir os diretores do grupo Carrefour. Como é que possa assinar uma CPI se agora que estão chegando as informações? Esta informação é oficial, esta informação é do governo do Estado.

Senhor presidente, todos sabemos que a exploração por parte do capital estrangeiro está sufocando, está até matando as empresas paranaenses e as empresas nacionais. Todos sabemos que o dinheiro está chegando e está comprando de uma forma até desonesta e desumana. Mas, pasmem senhores deputados, o pior de tudo isso é que essa CPI, nós consultamos através de um pedido de informação ao Banco Nacional de Desenvolvimento que é o BNDES, porque eu achava que o BNDES jamais emprestaria dinheiro a grupos estrangeiros. Fizemos a consulta, - senhor presidente e senhores deputados, a resposta: o BNDES emprestou uma soma muito alta de milhões ao grupo Sonae. Enquanto isso os grupos nacionais, aqueles que querem ampliar a sua rede de supermercados, não conseguem esse valor.

Agora, assinar uma CPI para que o grupo Sonae diga: "Nós fomos investigadores, fomos fiscalizados pela Assembléia do Paraná!" Elas vão nos chamar de trouxas, de idiotas como eles estão fazendo com os consumidores da rede que eles compraram aqui em Curitiba e compraram no Paraná. Se eles querem massacrar, que o façam senhor presidente, mas sem o cunho, sem uma assinatura e sem a representação oficial.

Se o BNDES, um banco que deveria de ter por finalidade respeitar o capital nacional, ajudar o empresário, o médio, o pequeno empresário e esse grupo do BNDES, ele deu dinheiro a esse grupo estrangeiro. Logicamente que o Carrefour deve ter dinheiro do BNDES, a Volvo, não sei. Acho que agora todos os que vêm para o Paraná e para o Brasil, vêm com dinheiro do BNDES. Se eles chegam sem dinheiro, chegam quebrados, chegam falidos, chegam aqui e pegam dinheiro de

um banco oficial e começam a comprar supermercados, por que não oferecer isso para aqueles que aqui estão e que certamente ficarão sempre empregando a riqueza do lucro no próprio Estado do Paraná e no próprio Brasil, o que não acontece com eles?

Concedo aparte, primeiramente, ao deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins

Deputado Geraldo Cartário, parabéns pelas colocações. Sou integrante da CPI dos Supermercados. Como é que vou assinar uma CPI, como é que vou assinar o relatório final, mesmo sabendo que este relatório vem de um deputado eficiente, trabalhador, como é o deputado Traiano, que é o relator da CPI. Ele há de entender nossa posição, porque ele é democrático.

Como é que vou assinar a CPI dos Supermercados, senhor deputado, sabendo e relatando o seguinte: a rede de Supermercados Condor é de um empresário, de um grupo, de um grupo paranaense. Darei só um exemplo, deputado Geraldo Cartário e demais deputados desta Casa. No bairro de São Braz tem uma grande loja do Condor. O grupo Sonae inaugurou uma loja próxima, o Mercadorama. Sabe como é que o Sonae está atingindo o grupo, o Supermercado Condor? Eles vão ao Condor e fazem o levantamento dos preços. E lá, naquela loja do Mercadorama, do Sonae, no São Braz ele colocam o preço 30% mais barato. Lá, no São Braz, sendo que no mesmo Mercadorama, do mesmo grupo Sonae, no centro de Curitiba, estes preços são elevados a 40% e até 50%.

Como é, então, que vou assinar esta CPI, este relatório? Eu não posso, sob pena de ser chamado a atenção e de ser conivente. E, neste ponto não seremos coniventes, de forma nenhuma.

Não há para aceitar. Não podemos aceitar. Aí sim, é uma CPI “laranja”. E nós seremos, todos, chamados de “laranjas”. E nós não podemos aceitar esta pecha.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Agradeço o aparte.

Antes de conceder aparte ao nosso relator, da CPI, deputado Traiano, eu gostaria de fazer um apelo ao nosso relator, no sentido de que, realmente, não faça seu pronunciamento oficialmente, entregando o relatório, porque aí nós estaremos fazendo o jogo do Carrefour e do Sonae.

O deputado Traiano sabe: é vergonhoso o que o Carrefour fez na cidade de Londrina. Eles contratam mão-de-obra através de empresas terceirizada, de uns “picaretas”, uma empresa que não tem registro na Junta Comercial nem no Cartório de Títulos e Documentos de Londrina e nem do Paraná. E aí acontece um acidente, como aconteceu com um menor, lá em Londrina, e o Carrefour simplesmente chama os “picaretas”. O oficial de justiça anda atrás dos responsáveis por esta empresa e não encontra, porque esta empresa não é do Paraná.

É jogo sujo o que o Carrefour fez na cidade de Londrina! É jogo sujo o que o grupo Sonae fez com a CPI! E o seu relator sabe disso, informações que eles ficaram de nos fornecer toda semana, senhor presidente.

Os advogados de Porto Alegre, de São Paulo vinham a Curitiba, ficaram como “olheiros” do que nós fazíamos na CPI e nunca trouxeram os documentos solicitados. É por isso, senhor relator, que nós não podemos, em hipótese alguma, entregar o resultado desta CPI sem antes chamar aqui na Assembléia o direto responsável pelo Sonae, o diretor responsável pelo Carrefour e outros, para que digam por que é que pegam dinheiro do BNDES, por que é que vêm, aqui, e pegam as benesses do governo do Estado, porque tudo isso, senhor presidente não podemos engolir e não podemos aceitar.

Concedo um aparte ao deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Vossa Excelência, como os demais parlamentares que compõem a CPI dos Supermercados, sabem perfeitamente do trabalho árduo que desenvolvemos no curso dessa CPI ouvindo fornecedores, empresários, consumidores e realmente foi um período árduo, de muito trabalho exaustivo, e que, na verdade, não foi suficientemente capaz de podermos avançar dentro do espírito que norteava a nossa CPI.

Ouçõ de Vossa Excelência aqui, com atenção, o seu pronunciamento que traz aqui nesta tarde uma informação, que já há muito estávamos esperando, com relação ao BNDS. Mas, digo a Vossa Excelência, deputado Geraldo Cartário, que o relator da CPI cumprindo o Regimento Interno da Casa, por determinação da Mesa, entregou o relatório à Mesa, não fez ainda a leitura desse relatório, até porque no bojo do seu texto ainda é um relatório parcial, onde propomos uma série de medidas a serem tomadas pela Casa, pelo Ministério Público, pela Procuradoria da República, enfim, por todos os demais segmentos que possam avançar no curso de investigações dessa CPI. Mas propomos também uma CPI específica para investigar a defesa do consumidor nessa área de preços aviltados, da área onde mexe com defesa sanitária e tantas outras áreas dentro desse campo da defesa do consumidor.

Acho que o seu clamor realmente é procedente.

Deixo para que a Mesa tome a providência no sentido de ampliar o prazo ou não. Atendendo ao vossa apelo, faria a leitura no dia de hoje da peça que está, na verdade, esboçado todo o relatório da nossa CPI, para cumprirmos aquilo que preceitua o Regimento Interno desta Casa.

Atendendo ao vosso pleito, com aquiescência da Mesa, faço a leitura na segunda-feira. Se a Mesa entender que o prazo poderá ser dilatado, com certeza, podermos então, avançar ainda mais nas investigações, uma vez que a CPI na verdade, não teve a oportunidade para ouvir os proprietários das grandes redes de supermercados.

Parabenizo Vossa Excelência e acho justa a sua colocação no sentido de que não irá por a sua assinatura; acho perfeitamente normal Vossa Excelência tem todo o direito em se manifestar dessa parte, mas como relator, não poderia deixar de cumprir aquilo que é a regra maior desta Casa, aquilo que é o que preceitua e que dá ordem dentro desta Casa, que é o nosso Regimento Interno.

Muito obrigado!

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Deputado Traiano, Vossa Excelência demonstra uma vez mais o seu espírito democrático. Não podemos mais aceitar que, por exemplo, o presidente da Copel chame cinco ou seis deputados e diga para a imprensa ou diga para ele mesmo que já está resolvido o problema. Sou deputado igual aos outros, vim aqui carimbado com o voto do povo.

Acho que ninguém tem o direito de falar por mim. E no caso dessa CPI, não tenho argumentos para explicar o porquê esse grupo Sonae estar esmagando os valores adquiridos dentro da cultura do povo paranaense e ainda dá um diploma de idoneidade e dar os parabéns porque eles estão pisando em cima do povo do Paraná.

Senhor presidente, recebemos agora, na semana passada, um relatório dos países Portugal, Espanha, Chile, e acho que Uruguai também, falando sobre supermercados e como o governo age com esses grupos. Por isso é que não podemos, em hipótese alguma, encerrar a CPI.

Se a presidência desta Casa, a Mesa Executiva achar que essa CPI está concluída, falo que não integrarei mais nenhuma CPI enquanto for deputado, porque esta, sim, do Supermercado vai ter as cestas, com bastante laranja, porque passa a ser uma CPI cheia de laranja.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, declino do Horário do Grande Expediente, em função de que eu estava inscrito para fazer a leitura do relatório da nossa CPI, mas dado esse clamor do deputado Cartário, presidente da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, irei me pronunciar na próxima segunda-feira, se a Mesa entender que o pleito do deputado Cartário e dos demais parlamentares que compõem essa CPI, for procedente.

O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)

Encerrado o Pequeno Expediente.

Horário das Lideranças.

PL. PSDB.

Com a palavra, o deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhores deputados, queria apenas deixar consignado na Casa, para não passar sem que a

gente faça uma menção - estou vendo a preocupação dos deputados, com relação à questão da segurança e tive a oportunidade de manifestar que na minha cidade de Londrina, há um descontentamento total. A comunidade, o povo, dorme e acorda com medo.

Acho que esse tema a gente deve deixar bem às claras, porque mexe com todos os segmentos da nossa comunidade.

Em Londrina, em especial, estou fazendo um trabalho, porque foi desativada, por exemplo, a patrulha escolar. Temos, em especial na periferia, um grande problema de envolvimento de alunos com drogas e quase sempre as escolas não estão devidamente aparelhadas, para poder atender essa questão - e ela também foi desativada. A par disso foi desativada também a patrulha rural de uma região nossa, eminentemente agrícola, em que os proprietários rurais vivem preocupados com os assaltos que acontecem nas propriedades. É uma questão muito séria para nós.

Cumulada com aquela questão que a imprensa mostrou no Brasil inteiro: na quinta-feira um assaltante assaltou uma das agências do Banestado, foi morto pela segurança, o corpo caiu em uma das ruas movimentadas da cidade e ficou lá, por cinco horas, sem ser atendido, e pasmem senhores, porque não tinha gasolina no Legal. É bem verdade, que preso não se trata com rosas, como dizem por aí.

Mas na hora da morte, o cidadão, pelo menos, deveria ter um pouco de dignidade, o que nós não estamos tendo.

Senhor presidente eu queria deixar registrado, aqui, como líder do PSB, falei hoje de manhã, com a direção da televisão, CNT, com o doutor Flávio Martinez, cumprimentando pelo espaço que a CNT deu ontem nesse debate importante, para o povo do Paraná, que é a questão da venda da Copel.

Quero aqui cumprimentar o deputado Durval Amaral, que como um verdadeiro Schwarzneger, em uma missão meio impossível, faz a defesa do lado do governo. Mas o importante é que a televisão cumpra o seu papel, sobretudo o de informar a população.

Aqui no Paraná, durante algum tempo, os maiores órgãos de comunicação, quando se tocava em algum assunto, aqui, mesmo na Assembléia, era como se a gente tivesse "pisando em ovos" e que não pudesse ser falado ou que não virava notícia.

Estamos vivendo, senhor presidente, o final de uma nova era sociológica e o início de uma nova era. Não é apenas pela mudança do milênio, do século, mas é acentuado no mundo inteiro e acentuado também, aqui, no Brasil e a gente sente isso, de que a imprensa deve cumprir realmente o seu papel.

Fiquei feliz, ontem, de poder ver a CNT e quero publicamente externar os cumprimentos ao empresário José Carlos Martinez e ao próprio doutor Flavio Martinez, pela abertura dada, para um debate tão importante.

Não teve ninguém com quem falei hoje, que não tivesse assistido uma parte do debate ou que não tivesse atento a essa questão.

Vejam os senhores que é de suma importância que a gente tivesse não só aqui, no Estado do Paraná, mas em todos os Estados da Federação, uma televisão não ligada com a globalização, mas que discutisse os seus temas locais. Interessa muito mais para nós aqui em Curitiba, ou em cada região, o cidadão que morre afogado na nossa represa do que o cidadão que pulou do viaduto no Rio; não interessa para nós essa chamada globalização do que é bom na moda no Rio de Janeiro e não é bom lá para Umuarama.

Seria importante que a televisão desempenhasse esse papel, até para poder se vender a idéia do que se quer fazer. E esse exemplo dado pela CNT foi para mim de suma importância e que a gente estaria, deputado Nelson Garcia, podendo inaugurar aí um novo tempo no Paraná em que a imprensa, a grande imprensa, os grandes canais, os grandes jornais, as grandes emissoras de rádio não estivessem unidas, atacadadas com a questão só da verba publicitária do governo e às vezes por necessidade econômica deixando de falar e de informar bem a população.

Então, eu acho que nós, com essa tirada da CNT, inauguramos quem sabe um novo tempo na informação e no debate para o povo do Paraná.

O Sr. Ricardo Chab

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Hoje tive a oportunidade de encontrar o doutor Flávio Martinez pessoalmente e o cumprimentei em relação a esse espaço cedido, porque acho que foi muito esclarecedor, na medida em que a população do Paraná passa a conhecer a real necessidade da privatização ou não.

Agora, ficou claro ali a vontade da população do Paraná em repudiar a questão da privatização da Copel. A população do Paraná não está entendendo o porque da privatização da Copel; até agora ninguém, nenhum cidadão está convencido da real necessidade da privatização da Copel.

Obrigado, deputado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Agradeço, deputado. Mas, independente até de se questionar agora a posição do governo, ou contrário ao governo, eu acho que o deputado Durval fez um papel, embora difícil, mas cumpriu o seu papel. Mas eu acho que esse espaço conquistado a gente deveria também aqui reverenciar, ou quem sabe reivindicar aos outros canais de televisão porque a televisão ainda é um canal muito forte para levar as informações.

Estou terminando.

Senhor presidente e senhores deputados, aquela campanha que fiz em Londrina e em uma parte do Norte

do Paraná perguntando da questão da Copel, a próxima que vou fazer quero saber o que o povo do Paraná pensa do Jaime Lerner como homem que trabalhou para a educação, o que ele fez, o que o povo está pensando. E a terceira etapa vou encerrar com essa questão da Segurança.

A televisão tem dado um espaço muito grande nesse sentido porque é uma forma de trazer o eleitor para participar com você e é a forma, quem sabe, mais democrática para a gente poder informar inclusive o eleitor do que é que, como deputado, estamos fazendo.

O Sr. Algaci Tulio

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Na verdade, deputado Moysés, esse desejo da CNT de abrir mais a televisão para as coisas do Paraná realmente foi um fruto de uma discussão que nós tivemos já há questão de um mês atrás com o próprio deputado federal José Carlos Martinez, com o doutor Flávio Martinez, com toda a direção da televisão, porque há um sentimento na população, não é só pelo fato da Copel, mas outros assuntos que não se tem espaço com tamanho maior em outros canais de televisão. E toda segunda-feira esse espaço das 10h00 à meia-noite será aberto para um tempo que se escolherá. Pode ser que se repita para a próxima segunda-feira ainda a questão Copel e para outros programas também, mas todo momento se abordará um assunto importante que diga respeito ao Estado do Paraná. E a partir do dia 01 de abril, e não é mentira, começa também no horário do meio-dia o Jornal ao Meio-dia na CNT aonde esse parlamentar terá o prazer de voltar a participar da televisão novamente, também onde vamos enfocar muitos assuntos interessantes, um jornal parecido com o que Vossa Excelência fazia em Londrina, uma espécie de mesa redonda, debatendo os assuntos da cidade, os assuntos do Paraná. Também entra no ar a partir do próximo dia 10.

É a CNT mostrando a sua cara verdadeira em defesa das coisas do Paraná.

Parabéns pelo assunto que Vossa Excelência levanta em relação aos comentários do debate de ontem à noite, na televisão. Na verdade faltou espaço, duas horas ainda foi pouco, porque o que veio de e-mail, o que veio de fax, o que veio de ligações telefônicas realmente provou que todo assunto que é interessante para o Paraná apaixona o paranaense, apaixona o curitibano e ele tem vontade de debater, ele tem vontade de participar.

Muito obrigado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Fico feliz, deputado Algaci, porque este projeto do jornal do meio-dia nós estamos fazendo há duas décadas, em Londrina, com total sucesso e faz com que o povo também participe. Dá espaço, inclusive, para as lideranças, para os deputados, para a classe política, para os empresários de modo geral, que é o que falta. Nós devemos é sair dessa marca que tem alguns assuntos que a

imprensa não fala por interesse, porque alguns órgãos vivem do Ministério da Comunicação e da informação do governo. E aí não se pratica a democracia que se quer.

Quero agradecer, senhor presidente, pela sua complacência e mais uma vez aqui cumprimentar a direção da CNT que cumpre o seu verdadeiro papel, que é de informar o povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra o deputado Nereu Moura, no Horário do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Subo à tribuna no dia de hoje para relatar a esta Casa a nossa visita ao município de Maringá, no dia de ontem. A Comissão Parlamentar de Investigação, criada aqui na Assembléia Legislativa para apurar possíveis envolvimento de autoridades estaduais, com o desvio de recursos da prefeitura de Maringá.

Estivemos lá em seis Parlamentares: deputados Hermes da Fonseca, nosso presidente, Nelson Turek, relator, Geraldo Cartário, Duílio Genari, José Maria Fonseca e a nossa presença também.

Estivemos em audiência com o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, com o prefeito de Maringá, José Cláudio, com a Câmara Municipal, estivemos com o juiz federal responsável pela Vara Execuções Criminais de Maringá. enfim, foi um dia proveitoso porque lá em Maringá as autoridades que nos receberam, todas elas, se colocaram à disposição absoluta da Assembléia Legislativa, para esclarecer todos os pontos que envolvem pessoas beneficiárias do roubo da Prefeitura de Maringá.

Falei roubo porque é essa a expressão correta de identificar o sumiço do dinheiro da Prefeitura de Maringá. Não foi desvio de dinheiro, foi roubo especificamente o que lá ocorreu, já apurado pelo Ministério Público, 54 milhões de reais. Outros eventuais desvios ainda estão sendo levantados pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas e pela Prefeitura de Maringá.

Então, senhor presidente, a viagem foi oportuna, porque tivemos lá uma recepção calorosa por parte de todas as pessoas que estão envolvidas no esclarecimento desse nababesco caso que envergonha e que marca de forma negativa a história do nosso Estado.

A comissão de deputados que lá esteve deverá se reunir amanhã, aqui nesta Casa para fazermos uma análise do que vimos e do que ouvimos, a fim de que possamos estabelecer um roteiro de atividades que possa determinar o esclarecimento de possíveis envolvimento de autoridades estias, com o esvio de recursos da Prefeitura de Maringá.

Na verdade, eu pessoalmente quero dizer à Assembléia Legislativa do Paraná, que fiquei contente com a

nossa ida àquele município, fiquei contente porque pude esclarecer já de cara algumas dúvidas que possuía.

Algumas interrogações que tinha nas conversas, nos momentos em que tivemos acesso a alguns documentos pudemos esclarecer, e agora, com o início dos nossos trabalhos não temos nenhuma dúvida que muita coisa virá a limpo, que muita coisa sairá debaixo do tapete, e nós poderemos fornecer ao povo do Paraná que está ansioso, que está aguardando esclarecimentos em relação a esta situação terrível, amarga, perversa, cruel, hedionda que foi o assalto ao erário público do município de Maringá.

Não quero aqui fazer juízo sobre o envolvimento de qualquer pessoa em relação a esta situação.

Nós iremos, com muita tranquilidade, com muita parcimônia, da forma menos politizada possível, fazer a investigação, procurar convidar, convocar para vir aqui nesta Casa para deporem as pessoas envolvidas.

Eu particularmente apresentarei uma relação na reunião de amanhã das pessoas que eu entendo que devam ser convocadas ou convidadas para depor nesta Comissão de Investigação, e se necessário for a nossa comissão deverá se deslocar a Maringá, tantas vezes quantas forem possíveis para que nós possamos, a Assembléia Legislativa do Paraná cumprindo com o seu dever constitucional, com o seu dever de honra, poder averiguar detalhadamente esta situação a apresentar ao nosso Estado esclarecimentos detalhados que possam ajudar a esclarecer o que houve, quem foram os beneficiários, aonde foi parar o dinheiro do povo de Maringá, no bolso de quem, quem se locupletou, quem teve ajuda do povo de Maringá indiretamente porque o dinheiro da prefeitura tem dono e o dono é o povo.

Assim sendo, senhor presidente, este é o relatório que eu gostaria de deixar nesta Casa e a partir de amanhã começaremos a atuar, fazendo, formulando, formatizando daqui para frente os passos que a Comissão dará, até que num curto espaço de tempo possamos trazer aqui um relatório final, completo, cabal, e mostrar ao Paraná que exige resposta, que exige informação a respeito desse caso, como disse anteriormente enxovalha, denigre, marca profundamente a história política do nosso Estado.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PFL, PSDB, PTB. Liderança do Governo.

Liderança da Oposição, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Com a permissão do nobre Líder do Governo, deputado Waldyr Pugliesi, gostaria de registrar a presença nesta Casa, na tribuna, do vereador Rampanelli, presidente da Câmara municipal de Realeza e vereador Zucchi, meu irmão, que se encontram aqui neste Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado, sejam bem-vindos.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente e senhores deputados, quando o Valdir Rossoni era Líder do Governo, quando a Oposição tinha alguma dúvida a respeito de algum assunto, geralmente ele dizia o seguinte: “Olha, amanhã, eu trarei a esta Casa as informações que estão sendo pedidas”.

Gostaria de, na mesma linha, fazer um pedido ao Líder do Governo Durval Amaral, que me informasse, amanhã, o seguinte: “Nós estamos vendo a Copel fazendo já uma barragem de propaganda, em favor da privatização, para a venda da Copel”.

Pergunto ao governo o seguinte: “É verdade que essa campanha está custando 19 milhões e 800 mil reais? É verdade que a REX “ganhou” essa grana preta para fazer essa propaganda?”

Então, gostaria que o governo respondesse, Líder do Governo, amanhã. Tem vinte e quatro horas, porque está permeando aqui dentro da Assembléia, essa dúvida. E muitas vezes, talvez isso não seja verdadeiro.

Se comenta o seguinte: “A campanha está custando 19 milhões e 800 mil reais, a REX é que está comandando esta campanha e segundo aquilo que realmente, é estabelecido nessa meteórica campanha, que vão fazer, eles vão colocar 4 milhões de reais nos bolsos.

Não sei de quem é a REX, mas eu faria uma proposta ao Líder do Governo e ao Governo.

O Governo fica chorando que não tem recursos para nada, os deputados são testemunhas disso. Aliás uma rebeldia começa a crescer porque os recursos evaporaram. A solução que jogam para todos é que precisa ser vendida a Copel.

Acho que esclarecida está a situação, quero fazer uma sugestão, por exemplo: “Porque que o governador Lerner com o seu secretário de Comunicação, não saem nesse final de semana, chegam lá no calçadão de Londrina, subam lá em alguns caixotes e mantenham - claramente olhando na cara da população - esse diálogo que está distanciado do governo com a população. Por quê não vão para a rua, como nós da Oposição, estamos fazendo?”

Tenho um coreto lá em Londrina, como tenho um coreto lá em Araçongas.

Por quê o governo não vai lá, olhando na cara de todo mundo? Tenham coragem de apresentar essas esfarapadas argumentações, para torrar o principal ativo que o povo do Paraná tem nas suas mãos.

Aliás, o deputado Cartário agora pouco, *ipsis litteris*, falou qualquer coisa da seguinte maneira: “Estão fazendo de idiota, os consumidores do supermercado, aqueles que vieram lá de fora”.

Deputado Cartário, estou vendo lá na frente, discursos aqui na Assembléia, falando assim: “Os estrangeiros estão aí fazendo de idiotas os consumidores da Copel”.

Mutatis mutandis é a mesma coisa, aliás, uma imagem forte que ficou dentro dos nossos olhos. Lendo e conversando ao mesmo tempo, com o televisor ligado, vi a P-36 afundando, lamentavelmente afundando e naquele momento ali de fazer algumas coisas todas ao mesmo tempo, tive a impressão que estava escrito na P-36: “Governo Lerner se afundando!” Deputados, não deixem esse governo se transformar numa P-36. Impeçam a venda da Copel, em nome do povo do Paraná!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Encerrado o Horário das Lideranças.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Gostaria de aproveitar nesse breve tempo e fazer o registro de uma correspondência que recebi no meu gabinete e deixar registrado nos Anais, porque achei interessante.

Não faço política em Cascavel e é de um cidadão morador de Cascavel, um paranaense, engenheiro e publicitário.

(Lê):

“Tenho lido nos jornais a preocupação de Vossa Excelência com a inoperância do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O fato é que este organismo só descobre desvios inacreditáveis quando alguém denuncia.

O TCE deixou de detectar roubos exorbitantes de dinheiro público, como nas Prefeituras de Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e por aí vai.

Vossa Excelência tem razão em levantar este questionamento, pois os nobres conselheiros daquele tribunal são pagos pelos cidadãos para fiscalizar os municípios e órgãos do governo estadual.

Trabalhei na Copel durante 23 anos, e marcou-me profundamente uma iniciativa do TCE em 1997.

Tanto exigiu que fez com que a Copel cancelasse os convênios com as Prefeituras para a manutenção da iluminação pública (IP).

Não sei como está a qualidade da IP nos demais municípios, mas aqui em Cascavel está muito ruim.

Ouçó queixas diárias nos jornais e programas de televisão.

A grande maioria das Prefeituras terceirizou a manutenção dos serviços de IP. E sem dúvida caiu muito a qualidade, apesar da taxa de IP cobrada na fatura de energia, ter se mantido nos mesmos percentuais dos tempos em que os serviços eram executados pela Copel.

Então eu pergunto: se o serviço prestado estava a contento, já que não havia queixa quanto a isto, por quê então o TCE se meteu onde não era preciso?

Cabe ao TCE fiscalizar os procedimentos das Prefeituras e quando detectar desvio de dinheiro, mandar o processo ao Poder Judiciário para, prender, cassar mandato de prefeitos corruptos e cobrar o que foi roubado.

Nunca vi, durante os 26 anos que aqui moro, isto ocorrer. No máximo cobram-se uns trocados de uns prefeitos de pequenas cidades e tudo termina em pizza. Acabo de ler que Vossa Excelência irá solicitar ao Tribunal de Contas da União (TCU), que padece da mesma doença do nosso tribunal uma auditoria do TCE. Será que vale a pena?

O caso emblemático é o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto. Quem o denunciou? Seu genro, porque o juiz se negou a lhe dar dinheiro. Um desvio de R\$169 milhões e tudo nas barbas do TCU!

Ora vamos, de duas uma: acabar de vez com estes órgãos inoperantes que servem de cabide de emprego para altos funcionários dos governos federal, estadual ou mudar os critérios (que a meu ver devem ser puramente técnicos, de indicação dos conselheiros. É uma barbaridade que o governador indique os conselheiros para fiscalizar os órgãos sob sua responsabilidade!

Será que a cria se volta contra o criador? Geralmente não.

Por isto, nobre deputado, aqui de Cascavel estou torcendo para que Vossa Excelência não desista de levar este caso em frente. O povo merece ser respeitado!

Atenciosamente,

(a) JORGE LUIZ REBELO DIAS

Engenheiro e Publicitário

Cascavel - Paraná.”

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Emenda nº 08 à Constituição do Estado do Paraná, de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelos senhores deputados Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luciana Rafagnin e Ângelo Vanhoni, pertencentes à Bancada do Partido dos Trabalhadores, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados como membros titular e suplente para ocupar vaga no Conselho de Ética desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria dos senhores deputados Edno Guimarães e Luiz Carlos Alborghetti, constante do

expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que cria o Conselho de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná - CEAO e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.A.I.C.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 013/2000

O presente Substitutivo Geral tem por objetivo alterar a redação original do Projeto de Lei nº 013/2000, conforme segue:

“Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Estadual de Agropecuária Orgânica do Estado do Paraná - CEAO, com funções normativas deliberativas e reguladoras da política agropecuária estadual.

Art. 2º - O Conselho Estadual de Agropecuária Orgânica do Estado do Paraná poderá atuar:

I - na definição das políticas públicas e formulação das diretrizes de programas e projetos a nível estadual, destinados ao desenvolvimento da agropecuária orgânica;

II - no acompanhamento do processo de definição das diretrizes e normas para produção orgânica no Paraná, a serem estabelecidas através do Sistema Nacional de Agropecuária Orgânica;

III - na definição e constatação da realização de estudos, pesquisas e publicações de temas relativos à produção, à industrialização e a comercialização de produtos orgânicos;

IV - na realização e/ou apoio da realização de seminários e outros eventos objetivando a divulgação, fortalecimento e desenvolvimento da agropecuária orgânica;

V - na cooperação e proposição de convênios com órgãos federais, estaduais, municipais e instituições da sociedade civil organizada na consecução de meios para

o fortalecimento e desenvolvimento da agropecuária orgânica;

VI - no fomento de intercâmbios com outras organizações congêneres nacionais e internacionais, e contribuição com iniciativas pertinentes à área de produção de alimentos orgânicos;

VII - na manutenção e atualização da documentação e legislação pertinente à área da agropecuária orgânica;

VIII - na elaboração de projetos de lei, instituição e disciplina do cadastro de produtores, garantia de qualidade, rotulagem, normas de produção, órgão fiscalizador, penalidades e outras atividades pertinentes;

IX - na instituição de comissões ou grupos de trabalhos;

X - na elaboração do seu regimento interno.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Renato Gaucho, Luiz Carlos Martins, Tiago Amorim Novaes e Valdir Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

A proposição de emenda ao louvável projeto da autora, justifica-se com o objetivo de sanear-lo quanto a imposições de providências de natureza administrativa, e cuja previsão e execução é da competência do Poder Executivo, exclusivamente, segundo critérios de conveniência e oportunidade, que a ele é dado auferir, em respeito ao princípio maior que rege o Estado de direito, que é o da divisão e harmonia entre os poderes.

No mais, e conforme recomendação da Seção de Fiscalização do Receituário Agrônomo da DSV-Defis da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, foram modificados e acrescidos dispostos nos incisos do artigo 2º do referido projeto, viabilizando sua aprovação.

Também, o termo “agricultura” foi substituído por “agropecuária”, de modo a alcançar o setor animal, tendo em vista a Instrução Normativa nº 07/99, de 17 de maio de 1999, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

O projeto retorna à C.C.J.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/2001, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que veda a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviços públicos no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que torna obrigatória a realização de exame de surdez em crianças nascidas em hospitais públicos e instituições hospitalares que recebam verbas públicas do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.S.P.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa e Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 179/2000

A presente Emenda Modificativa e Supressiva, objetiva alterar a súmula e o artigo 1º do Projeto de Lei nº 179/2000, bem como suprimir a expressão “revogadas as disposições em contrário”, conforme redação a seguir:

“Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a determinar que os hospitais e instituições hospitalares que recebam verbas públicas do Estado do Paraná, realizem o exame de Emissões Acústicas Evocadas (código 51.01.039-3 AMB - teste da orelhinha), nos três primeiros dias de vida dos nascidos nesses hospitais.

Art. 2º - ...

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Renato Gaucho, Luiz Carlos Martins, Tiago Amorim Novaes e Valdir Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 1º, apresenta inconstitucionalidade, substanciada no vício de origem, posto que a iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública (direta ou indireta), é exclusiva do governador sempre que necessária aprovação do Poder Legislativo (artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual).

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, contida no artigo 3º, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

O projeto retorna à C.C.J.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/99, de autoria do deputado Péricles Mello, que autoriza o Poder Execu-

tivo a isentar o pagamento da taxa de cédula de identidade às pessoas com renda mensal de até 03 (três) salários mínimos. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 033, de 27.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 207/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Péricles de Holleben Mello, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a isentar o pagamento de taxa de cédula de identidade para pessoas com renda mensal de até 03 (três) salários mínimos.

Fundamentação

O projeto vem em obediência ao disposto no § 1º do artigo 145 da Constituição Federal, que abraça os princípios tributários da pessoalidade e da capacidade contributiva do devedor. Ou seja, sempre que possível os tributos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

No projeto de lei ora analisado, a matéria nele é de taxa, na qual se leva em consideração a utilização efetiva ou potencial de quem usa os serviços públicos colocados à sua disposição e por isso cobrados. Por este motivo, estes princípios não podem ser desconsiderados.

Conclusão

Assim, pelo acima exposto e por não encontrarmos impedimento legal ou constitucional, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela aprovação do projeto em epígrafe.

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 207/99

P A R E C E R :

1) Do Projeto

De autoria do eminente deputado Péricles de Holleben Mello, visa autorizar o Poder Executivo a sentar o pagamento de taxa de cédula de identidade para pessoas com renda mensal de até 03 (três) salários mínimos.

2) Do Parecer

O artigo 145, II, da Constituição Federal assevera: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - ...

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição:

...”.

O artigo 150, da Constituição Federal, por seu turno:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas aos contribuintes, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente...”

Observa-se, pois, que o projeto de lei atende plenamente os dispositivos legais e constitucionais, aliás como anotado sabiamente pelo ilustre relator na Comissão de Constituição e Justiça.

Do ponto de vista das Finanças Públicas, deve-se afirmar que apesar de não constar estudo acerca do impacto financeiro sobre os serviços da Secretaria de Segurança Pública, através do Instituto de Identificação, pode-se entretanto confirmar que o projeto, seguindo a mesma linha de raciocínio do governo federal em isentar de taxas a emissão de Certidão de Nascimento, será de extraordinária validade na construção da cidadania, tendo pois, forte apelo social. Ora, o Estado deve buscar em outras fontes, e de outras formas de contribuição, que não aquela dos sem-posse, a forma de financiamento de tal atividade.

3) Do Voto

Do exposto, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 15.03.2000.

(aa) **ADEMIR BIER** - Presidente
BETO RICHA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 422/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que institui a região metropolitana de Guarapuava, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 179, de 06.12.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 422/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo instituir a Região Metropolitana de Guarapuava, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida em Borrazópolis, com sede em Borrazópolis e foro em Faxinal. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 008, de 06.03.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 030/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida em Borrazópolis, com sede em Borrazópolis e foro em Faxinal.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais Santa Rita, de Mandirituba, com sede e foro no município de Fazenda Rio Grande. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 008, de 06.03.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 031/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais Santa Rita, de Mandirituba, com sede e foro no município de Fazenda Rio Grande.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Escola de Dança Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no município de Bela Vista do

Paraíso. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 010, de 07.03.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 034/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Escola de Dança de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Promulgação à emenda da Constituição Estadual.

A Mesa da Assembléia Legislativa irá na presente sessão promulgar a Emenda nº 08, que acrescenta parágrafo à Seção 2 do Capítulo 1º do Título 3º da Constituição do Estado do Paraná.

(O senhor 1º secretário procede leitura dos termos da Emenda nº 08 da Constituição Estadual)

Esta Presidência irá proceder, neste momento, a promulgação da Emenda nº 08 à Constituição do Estado do Paraná. A Mesa da Assembléia Legislativa promulga nos termos do § 3º do artigo 64 da Constituição Estadual, a Emenda nº 08 à Constituição do Estado do Paraná.

Esta Presidência tem a satisfação de convidar o senhor 1º secretário, Excelentíssimo deputado Valdir Rossoni, a apor sua assinatura na emenda que acaba de promulgar.

Da mesma forma, esta Presidência tem a grata satisfação de convidar o senhor 2º secretário, Excelentíssimo senhor Antonio Martins Anibelli a apor sua assinatura na Emenda nº 08 à Constituição do Estado.

Esta Presidência declara promulgada a Emenda nº 08 à Constituição do Estado do Paraná.

Determina sua publicação no Diário da Assembléia Legislativa e no Diário Oficial do Estado do Paraná, para que produza os efeitos legais.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, requerimento nº 496, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Solicitaria ao deputado Colombo a alteração da data, até por uma falha nossa. Porque no dia 27 de março

nós temos uma Sessão Especial de audiência com o presidente da Copel, o secretário Ingo.

Então, vamos por livre arbítrio, nosso marcar e conceder o Horário do próximo dia 28 de março.

Pela Ordem, com a palavra o deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para ter uma orientação da Presidência da Casa, esta sessão com a Presidência da Copel não é sessão secreta? É aberta à população?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

É aberta à população e esperamos que os canais de televisão do Estado estejam aqui, para transmitir, também.

O SR. RICARDO CHAB

E as emissoras de rádio também.

Com a palavra, Pela Ordem, ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Deputado Hermas Brandão, qual é o critério para indicação dos membros da Comissão de Ética da Casa? Quem tem o direito de indicar?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Já foi instalada na Presidência anterior e já está devidamente constituída. A única alteração que houve foi que fazia parte dessa Comissão de Ética o nosso 2º vice-presidente, deputado Irineu Colombo, e com a sua eleição a Mesa Executiva automaticamente fica impedida de participar das Comissões.

Então, a Comissão de Ética já foi instalada ainda sob a presidência do deputado Nelson Justus.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

A Comissão de Ética, então, é nomeada pela Mesa Executiva da Assembléia?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Foi indicada.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Nomeada pela Comissão Executiva?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Foi nomeada, mas indicada pelos Partidos que fazem parte na Comissão.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Muito obrigado, senhor presidente!

Requerimento nº 503, de autoria dos senhores deputados Beraldin, Cleiton Kielse, Fernando Ribas Carli, Luciana Rafagnin, Ademir Bier, Algaci Tulio e Geraldo Cartário, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 508 a 511, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se na forma regimental.

A nossa assessoria, nobre deputado Nereu Moura, está nos informando que os requerimentos de Regime de Urgência não se adiam, mas como anteriormente já adiamos também e, por falta de informação da nossa assessoria nós adiamos, vamos também adiar os presentes requerimentos.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, muito embora tenha sido matéria já vencida, mas eu queria apenas chamar a atenção ao líder do Governo, deputado Durval Amaral, que esse pedido de informações, aliás, nem é um pedido de informações, que a Comissão do Meio Ambiente tirou hoje pela manhã, deputado Durval, é um apelo ao secretário da Saúde, Armando Raggio, para que imediatamente desloque uma equipe para Adrianópolis para fazer um trabalho na área de saúde, porque é uma situação caótica em que vive aquela população.

Tenho a impressão de que houve um engano na sua pauta de acompanhamento de requerimentos, mas tenho a certeza que trata-se de uma questão de saúde pública em relação a Adrianópolis.

Espero que Vossa Excelência compreenda e ainda consiga rever a posição desse requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, como foi estipulado o prazo para informar, mantenho o pedido para discussão e amanhã trarei as informações necessárias, e, se for o caso, aprovaremos em um acordo aí com o líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 485/A, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 487 a 491, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constantes de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 492 e 493, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 498 a 501, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 504, de autoria do senhor deputado Beraldin, com apoio do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 505, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 506, 507 e 517/A, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 513 a 516, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 207, 370/99,
do Projeto de Lei Complementar nº 422/2000,
e do Projeto de Lei nºs 030, 031 e 034/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/2000,
e do Projeto de Resolução nº 003/2001.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Finanças, sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Élio Rusch, Luiz Fernandes da Silva Litro e Beto Richa. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente dá início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Elio Rusch, requer a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto

de Lei nº 277/2000 de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademir Bier - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 343/2000 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademir Bier - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 335/2000 de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Elio Rusch - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 386/2000 de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Elio Rusch - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 404/2000 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Elio Rusch - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 405/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Elio Rusch - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 341/2000 de autoria do deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 392/2000 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2000. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, com VOTO CONTRÁRIO do deputado Ademir Bier - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 399/2000 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2000. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, com VOTO CONTRÁRIO do deputado Ademir Bier - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 412/2000 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2000. Parecer FAVORÁVEL do deputado Beto Richa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Wilson Penka, secretário desta comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Finanças, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Élio Rusch e Serafina Carrilho. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente dá início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 325/2000 de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademir Bier - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Wilson Penka, secretário desta comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil, ~~reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Finanças, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier e com a presença dos seguintes deputados: Luiz Fernandes da Silva Litro e Moysés Leônidas. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente dá início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 417/2000 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/2000. Parecer FAVORÁVEL do deputado Elio Rusch - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Wilson Penka, secretário desta comissão.~~

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 005ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE MARÇO 2001

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

Às dezesseis horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôni-

das, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 517

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

O SR. PRESIDENTE (**Élio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando a votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

Solicito ao Excelentíssimo 1º Secretário, deputado Valdir Rossoni, para que faça a chamada nominal dos senhores deputados, para votarem o Item 1º.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/98, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 462/97, de autoria do deputado Neivo Beraldin, dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial do Estado do Paraná de veículos e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J.

CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG ° 232/98

Curitiba, 06 de julho de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 103/98, dessa presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei nº 462/97, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a aquisição ou substituição de unidades automotivas da frota oficial, somente poderá ser realizada para uso de veículos movidos a combustíveis renováveis.

O veto parcial aposto incidiu sobre o artigo 2º e seu parágrafo único.

A negativa de sanção ao referido artigo e parágrafo deve-se ao fato de conterem disposições que mereceram tratamento específico e mais detalhado por Legislação Federal, através das Leis nºs 9.660, de 16 de junho de 1998 e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e da Medida Provisória nº 1.640-A, de 26 de junho de 1998, onde a matéria está disciplinada com toda clareza estabelecendo, inclusive as exceções à regra.

Ressalte-se que, caso os dispositivos ora vetados fossem acolhidos, haveria dificuldade na sua exequibilidade, porque seriam conflitantes com os mencionados diplomas da Legislação Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei nº 462/97, encontra-se publicado no D.A. nº 147, de 16.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO N 015/98

P A R E C E R :

A presente Proposição veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o projeto de Lei nº 462/97, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial do Estado do Paraná de veículos e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que está dentro do prazo legal.

Assim sendo somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Procede a Chamada Nominal dos senhores deputados para votação.

O SR. PRESIDENTE (**Élio Rusch**)

Convidamos e designamos os deputados Ademir Bier, Durval Amaral e Miltinho Pupio, para contagem de votos.

38 (trinta e oito) senhores deputados votaram.

Nulos: 2 (dois).

Sim : 17 (dezesete).

Não : 19 (dezenove).

Está mantido o Veto, rejeitado o projeto.

Convidamos o senhor 1º Secretário, deputado Nelson Garcia a proceder a Chamada Nominal dos senhores deputados, para votação do item 02.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 016/98, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 187/97, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que institui o Cartão de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 270/98

Curitiba, 28 de julho de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 138/98, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 187/97, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instituir, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a obrigatoriedade do uso do Cartão de Saúde.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de pronunciamento expedido pela Secretaria de Estado da Saúde, no qual, aquela Pasta, entre outros argumentos, aborda o seguinte:

“O Ministério da Saúde irá oportunamente implantar a nível nacional o Cartão Saúde, portanto a criação de modelo estadual, nos modelos previstos, pode gerar conflitos no sistema de informação trazendo prejuízos à população paranaense.”...

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado
(O Projeto de Lei nº 187/97 encontra-se publicado no D.A. nº 93/97 em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 PROPOSIÇÃO VETO Nº 016/97

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 187/97, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que institui o Cartão de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que está dentro do prazo legal.

Assim somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Justus)

Procede à Chamada Nominal dos senhores deputados.

Atenção senhores deputados para a segunda Chamada Nominal para votação.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Votaram trinta e sete senhores deputados.

Voto nulo: (01) um.

Voto em branco: (02) dois.

Votos "SIM": (08) oito.

Votos "NÃO": (26) vinte e seis.

Mantém-se o veto.

Rejeitado o projeto.

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, acima aprovado:

Em votação: discussão única da Proposição nº 006/99 e discussão única da Proposição nº 002/2000.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 006/99, veto apostado do Projeto de Lei nº 132/97, de autoria do deputado Reny Borsatto, que autoriza o Poder Executivo doar à Associação de Moradores do Bairro Platina, área de terra situada no município de Santo Antonio da Platina. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 042/99.

Curitiba, 16 de janeiro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 365/98, dessa presidência, e de levar ao conhecimento

de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 132/97, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a possibilidade de o imóvel cuja doação pretende, vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 132/97 encontra-se publicado no DA nº 41, de 03.04.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 PROPOSIÇÃO VETO Nº 006/99

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 132/97, de autoria do deputado Luiz Reny Borsatto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Moradores do Bairro Platina, área de terra situada no município de Santo Antonio da Platina.

Chamada esta comissão a se manifestar, constatamos que o Veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, § 1º).

Assim, somos Favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 002/2000, veto apostado do Projeto de Lei nº 533/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a firmar com o município de Maringá, termo de concessão de uso de prédio. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 403/99.

Curitiba, 22 de dezembro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 295/99, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 533/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a possibilidade de o imóvel cuja doação pretende, vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Pre-

vidência Estadual, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 533/99 encontra-se publicado no DA nº 143, de 20.10.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 533/99

P A R E C E R :

O Veto 002/2000 ao Projeto de Lei nº 533/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a firmar com o município de Maringá termo de cessão de uso de prédio para a Unidade de Preparação de Mão-de-Obra, está proposto na forma do que prescreve o artigo 71 do Regimento Interno, artigo 215 e § 2º do artigo 247 do Regimento Interno.

Isto posto, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos nosso Parecer favorável à tramitação do veto 002/2000 ao Projeto de Lei 533/99.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

A presidência solicita do senhor 1º Secretário a Chamada Nominal dos senhores deputados.

(É procedida a Chamada Nominal)

Votaram 39 (trinta e nove) senhores deputados.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Aproveitando este espaço, aproveito para comunicar à Mesa e à Casa que a Comissão do Meio Ambiente se reuniu hoje de manhã para discutir a questão de Adrianópolis. E a comissão deliberou por convocar para depor na 2ª feira às 10 horas, o Mário Tiagucci e o José Carlos Leprevot.

O primeiro por ser aparentemente proprietário dos resíduos tóxicos que lá estão. E o segundo por ser o atual proprietário da área da mineradora. Convocamos também o IAP para que possa expor a situação no caso de Adrianópolis.

Portanto, a Comissão de Meio Ambiente através de seus membros: deputado Algaci Tulio, deputada Luciana, deputado Kielse, deputado Cartário e todos os deputados membros da Comissão, já estamos trabalhando em cima deste assunto.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)

Votaram 39 (trinta e nove) senhores deputados.

Convidamos os deputados Fernando Ribas Carli, Moysés Leônidas e Luciana Rafagnin para fazerem a contagem dos votos.

Pela ordem, concedemos a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, queremos registrar com muita honra, a presença entre nós do promotor de Justiça doutor Evani Bueno, que foi sem dúvida alguma um parceiro extraordinário nos trabalhos da Comissão do Narcotráfico e do Crime Organizado, que correu por este Estado afora. Queria registrar e parabenizar a presença do doutor Evani Bueno, nesta tarde, que representa o Ministério Público.

Por outro lado, senhor presidente, quero dizer que hoje nós tivemos um dia memorável na Comissão de Constituição e Justiça, desta Assembléia Legislativa. Nada mais, nada menos que 68 projetos foram discutidos e votados pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que é presidida pelo deputado Basílio Zanusso, tendo como vice o deputado Caíto Quintana, como participante o deputado José Maria Ferreira e as presenças dos deputados Chico Noroeste, Ademir Bier, Antonio Belinatti, Serafina Carrilho, Carlos Simões e Eli Ghellere.

Evidentemente, foi um marco histórico desta comissão e tenho certeza que estes projetos que foram todos aprovados, hoje, certamente vão aumentar o número da Ordem do Dia, talvez a partir de amanhã, ou depois de amanhã.

Mas, foi sem dúvida alguma um trabalho fôlego, uma operação que nós tivemos hoje na C.C.J., realmente muito importante. E é bom destacar isto, deputado Élio Rusch, porque às vezes o que se trabalha internamente nesta Casa nem sempre é comunicado, não chega ao conhecimento do público. Então, é bom destacar que nós aprovamos, discutimos e já mandamos com condições de vir para o Plenário sessenta e oito projetos, num prazo pouco mais de uma hora da reunião da C.C.J.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Élio Rush)

A Mesa anuncia o resultado da votação.

Votaram 39 (trinta e nove) senhores deputados.

Branco: 04 (quatro).

Sim: 15 (quinze).

Não: 20 (vinte).

Estão mantidos os Vetos e Rejeitados os projetos.

Antes de anunciar o item 04, nós queremos registrar com muita satisfação, as palavras e o anúncio feito pelo deputado Algaci Tulio, que a C.C.J., realmente, tem-se empenhado semanalmente nos seus trabalhos, no que diz respeito aos projetos que a ela são encaminhados.

Quase uma centena de projetos, só no dia de hoje, foram relatados pelos deputados que integram esta

comissão. E todas as comissões permanentes também estão trabalhando da mesma forma na Assembléia Legislativa.

E da mesma forma fica registrada a presença do Ministério Público, seja bem vindo e obrigado pela presença.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 001/2000, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 150/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que autoriza a doar ao município de Ibiporã, área de terra de propriedade do governo do Estado. **COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG Nº 388/99

Curitiba, 21 de dezembro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 253/99, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 150/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel cuja doação é pretendida, poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me no ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 150/99, encontra-se publicado no D.A. nº 161/99, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 001/2000

PROJETO DE LEI Nº 150/99

P A R E C E R :

A Proposição de Veto em questão foi aposta ao projeto de Lei nº 150/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Ibiporã, área de terra de propriedade do governo do Estado.

Procedida a análise da referida proposição, verificamos que a mesma está dentro das formalidades legais, estando em condições de ser apreciada em Plenário. Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator.

Convido o senhor deputado 1º Secretário para que proceda a Chamada Nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Garcia)

Faz a chamada Nominal.

Votaram 35 (trinta e cinco) senhores deputados.

Convidamos os deputados Plauto Miró Guimarães, Antonio Baratter, Eli Ghellere e Luiz Carlos Zuk, para contar os votos.

Sim : 07 (sete) deputados;

Não: 28 (vinte e oito) deputados.

Está derrubado o veto e Aprovado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 21, para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 001, 026/98, 017, 030 e 032/99.

Levanta-se a sessão.